

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

***A EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO SOCIALISTA:
A experiência chinesa da Revolução Cultural e as mudanças
no ensino e nas relações de produção***

MARIANA DELGADO BARBIERI REZZAGHI

Prof. Dr. Márcio Bilharinho Naves (orientador)

CAMPINAS

2009

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Por Sandra Ferreira Moreira CRB nº 08/5124**

Rezzaghi, Mariana Delgado Barbieri

R261ed A Educação no período de Transição Socialista : a experiência chinesa da Revolução Cultural e as mudanças no ensino e nas relações de produção / Mariana Delgado Barbieri Rezzaghi. - - Campinas, SP : [s. n.], 2009.

**Orientador: Marcio Bilharinho Naves.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Socialismo - China. 2.China – História – Revolução Cultural. 3. Educação. I. Naves, Marcio Bilharinho .
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.**

Título em inglês: Education during the socialist transition : the experience of the Chinese cultural revolution and the changes in education and relations of production.

**Palavras chaves em inglês (keywords) : Socialism - China
China-History-Cultural Revolution
Education**

Área de Concentração: Teoria Sociológica

Titulação: Mestre

**Banca examinadora: Márcio Bilharinho Naves, Alysson Leandro Barbate
Mascaro, Ana Maria Falcão de Aragão Sadalla,
Fernando Antonio Lourenço, Celso Frederico**

Data da defesa: 28-08-2009

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

C₁
R-1524

MARIANA DELGADO BARBIERI REZZAGHI

**A EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO SOCIALISTA: a
experiência chinesa da Revolução Cultural e as mudanças no
ensino e nas relações de produção**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Departamento de Sociologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob orientação do **Prof.
Dr. Márcio Bilharinho Naves**

Este exemplar corresponde à redação
final da Dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora em
28/08/2009

BANCA

Prof. Dr. Márcio Bilharinho Naves (orientador)

Profa. Dra. Ana Maria Falcão de Aragão Sadalla

Prof. Dr. Alysson Leandro Barbate Mascaro

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (suplente)

Prof. Dr. Celso Frederico (suplente)

AGOSTO/2009

200925465

RESUMO

A presente pesquisa busca apresentar as transformações no ensino ocorridas durante a Revolução Cultural Chinesa, incentivadas pela necessidade de se avançar na sociedade de transição. Construir o novo homem é tarefa dos novos planos pedagógicos; e superar o ensino burguês, atingir as massas e fortalecer a ideologia proletária é fundamental.

Apresentamos, brevemente, a questão da revolucionarização das relações de produção, que era o objetivo central da Revolução Cultural visando atingir uma sociedade comunista e, finalmente, a questão da superação da divisão entre trabalho manual e intelectual será abordada como meio de facilitar a revolucionarização através da referida mudança do ensino.

Palavras-chave: Educação – Transição Socialista – Maoísmo – Revolução Cultural

ABSTRACT

This research aims at presenting the transformations on education occurred during the Chinese Cultural Revolution. These transformations were fostered by the need of advancing in a society of transition from capitalism to communism. Building a new man is a task of the new pedagogical plans; and getting over the bourgeois education, so to impact the mass and to strengthen the proletarian ideology is essential.

Firstly, we present the matter of revolutionarization of the relations of production, which were the main objective of the Cultural Revolution and that searched to reach a communist society. Then, we discuss the matter of surpassing the division between manual and intellectual work as a means to facilitate revolutionarization through such a change on Education.

Keywords: Education – Socialist transition – Maoism – Cultural Revolution

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1 – DE 1917 À REVOLUÇÃO CHINESA.....	09
1917 – 1931	10
1931 – 1949	14
1949 – 1965.....	18
2 – REVOLUÇÃO CULTURAL E TRANSFORMAÇÕES NO ENSINO	41
A reabertura das escolas e a revolução educacional (1967-1976)...	53
Educação política	65
União entre teoria e prática	69
Currículos e Métodos	72
3 – OS DOIS MODELOS DE EDUCAÇÃO E A TENTATIVA DE SUPERAÇÃO DA DIVISÃO CAPITALISTA DO TRABALHO	85
A tentativa de superação da divisão entre trabalho manual e intelectual	90
A necessidade de revolucionarização das relações de produção..	105
CONCLUSÃO	113
REFERÊNCIAS	117

INTRODUÇÃO

A temática central da pesquisa gravita em torno da questão referente ao ensino durante a Revolução Cultural Chinesa. O interesse sobre esse tema é motivado pela possibilidade de compreendermos as transformações que o ensino sofreu, através das novas propostas pedagógicas, métodos educacionais, mudanças administrativas, formulações teóricas de Mao Zedong¹ e algumas outras modificações, que refletiram de determinada maneira na organização e funcionamento da sociedade chinesa.

O interesse também se dá pela possibilidade de, através dessa via de análise, desenvolvermos conhecimentos gerais sobre o período, já que pouco se estuda no Brasil questões referentes à obra de Mao Zedong, Revolução Chinesa, Revolução Cultural, Cem Flores, Grande Salto Adiante e, em particular, a questão da educação.

A falta de informações sobre esse imenso país esconde a história de milhares de anos de um povo que sempre foi submetido ao conservadorismo e à tradição, mas que no último século foi atingido pela “onda vermelha” propagada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e viu ocorrer em seu solo uma ruptura radical com a tradição vigente a partir do estabelecimento da República Popular da China, em 1º de outubro de 1949, sob o comando do líder Mao Zedong.

¹ Usaremos o sistema Pin Yin de romanização dos nomes chineses.

Com o intuito de promover o avanço na sociedade de transição rumo ao comunismo, Mao Zedong lançou o movimento chamado Revolução Cultural, em 1966, pois percebeu a necessidade de mudanças mais profundas na sociedade chinesa, visando eliminar a nova burguesia que se constituía, além de orientar as transformações nas relações de produção² (que ainda eram capitalistas), já que Mao reconheceu que a mera estatização dos meios de produção e a tomada do poder por um partido proletário não eram condições suficientes para uma radical mudança na sociedade.

Partindo da Revolução Cultural, buscaremos mostrar as transformações no ensino como um dos pressupostos para a transformação nas relações de produção, sendo possível demonstrar a primazia destas sobre as forças produtivas, assim como a necessidade iminente da sua revolucionarização.

Conforme já enunciado, o período da Revolução Chinesa no qual se insere a questão do ensino a ser analisada por essa pesquisa, refere-se à Revolução Cultural que foi, segundo alguns analistas, a experiência mais avançada de transição do capitalismo para o comunismo.

A Revolução Cultural foi uma tentativa de revolucionarizar as relações de produção - já que durante o período de transição socialista perduram as relações de produção e as forças produtivas capitalistas - e não se pode, influenciado pelo nome, acreditar que ela era uma revolução somente na esfera da cultura (superestrutura).

² Entendemos *relações de produção* como relações econômicas entre agentes sociais e entre agentes sociais e meios de produção, ou ainda, como relações sociais mediadas pelos meios de produção.

Mao Zedong percebe, mesmo que difusamente, o primado das relações de produção, do mesmo modo que Marx faz em *O Capital*³, ao pensar o problema da transição do feudalismo para o capitalismo. Isso significa que não basta a estatização dos meios de produção (transferência jurídica da propriedade), mas é preciso a revolucionarização das relações de produção, delegando ao proletariado o controle efetivo do processo de produção e reprodução, eliminando a separação entre trabalhador direto e meios de produção, superando a divisão entre o trabalho manual e intelectual, e a divisão entre tarefas de direção e de execução no processo de trabalho⁴.

Para atingir o objetivo de revolucionarizar as relações de produção, a Revolução Cultural desenvolveu ações na superestrutura⁵. No campo literário e artístico lutou-se para eliminar o privilégio dos intelectuais e acabar com a influência de idéias burguesas. No campo político, era urgente uma mudança na relação entre os dirigentes e os dirigidos; além disso, era necessário eliminar o burocratismo, que fortalecia e consolidava a separação entre os quadros e a massa trabalhadora. Não obstante esse conjunto de medidas, a nova burguesia continuava a se consolidar (fenômeno que teve início com a Revolução Chinesa em 1949), composta pelos quadros dirigentes do processo de produção e do aparelho de Estado do Partido, a qual, em separado e acima das massas, exercia sobre elas um domínio visando seus próprios interesses e, com isso, consolidava-

³ MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

⁴ cf. TURCHETTO, Maria. "As características específicas da transição ao comunismo", in NAVES, Márcio B. (org). *Análise marxista e sociedade de transição*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

LA GRASSA, Gianfranco. *Valore e formazione sociale*. Roma: Riuniti, 1975.

⁵ Superestrutura: é formada por todos os elementos não econômicos da estrutura social, como ideologia, religião, filosofia, direito, formas políticas, etc.

se uma nova luta entre a burguesia e o proletariado – é a revolução dentro da revolução⁶.

Outro campo privilegiado pela Revolução Cultural foi a educação, objeto que nos propomos a analisar. Com a Revolução Cultural, diversas mudanças no campo educacional surgiram, apesar de algumas já estarem acontecendo desde a década de 1950; mas podemos afirmar que havia quatro principais pontos a serem desenvolvidos com respeito à educação, de acordo com as diretivas do Partido e as idéias de Mao Zedong: o primeiro era a necessidade de transformar a educação eliminando a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual - o novo homem deveria ser trabalhador e intelectual; o segundo ponto refere-se à mudança com relação à promoção dos alunos, que deveria ser feita de acordo com seu nível ideológico e político; o terceiro ponto refere-se ao intelectual burguês, que deveria ser enviado às fábricas e ao campo, entrando em contato com diversas realidades sociais e com o trabalho manual; e, por fim, a necessidade de criação de uma nova arte e literatura que exaltassem os valores proletários e revolucionários⁷.

Para atingir esses objetivos, a revolução dirige diversas críticas ao sistema educacional, que ainda formava intelectuais influenciados por ideais burgueses, afinal, “se o proletariado tem o poder na China, a ele corresponde o delinear de uma nova educação”⁸. Assim, em meados de 1968, operários e soldados tomam a

⁶ DAUBIER, Jean. *Historia de La Revolución Cultural Proletaria en China*. México D.F.: Siglo XXI Editores, 1972.

⁷ CHEN, Theodore Hsi-en. *The Maoist Educational Revolution*. Nova Iorque: Praeger publishers, 1974.

⁸ ESCOUBAS, E. “L'école chinoise et la transformation des rapports sociaux”. In: *Tel Quel*. n. 61, 1975, p. 125.

direção de escolas e universidades – “a pedagogia tradicional, o intelectualismo burguês e a cultura de elite perdem sua última batalha, e a China passa a ser o primeiro país do mundo no qual a educação chegou às mãos proletárias”⁹.

A mudança fundamental a ser operada na esfera da educação e, que se relaciona com o processo de revolucionarização das relações de produção, diz respeito à superação da divisão capitalista do trabalho, ou seja, entre trabalho manual e trabalho intelectual, e por esse motivo esse será o aspecto que receberá maior enfoque em nossa pesquisa, ao lado das mudanças operadas na esfera da educação ideológica, que visava formar indivíduos com consciência proletária e dispostos a participar da revolução em curso.

A divisão do trabalho na sociedade, ou seja, a divisão do trabalho pelos diferentes ramos de atividade é comum a todos os tipos de sociedade. Entretanto, “a divisão manufatureira ou a divisão sistemática do trabalho (divisão que se dá no interior da produção, subdividindo sistematicamente o trabalho de cada especialidade) é característica da sociedade capitalista, assim como o é o processo de produzir mais-valia”¹⁰.

Posto isso, a transição bem sucedida do capitalismo para o comunismo necessita de que o proletariado domine a organização técnica da produção e o desenvolvimento técnico-científico, elimine a divisão burguesa do trabalho ou, caso contrário, haverá o reaparecimento da burguesia. A burguesia, através da divisão do trabalho assegura a propriedade da técnica, do trabalho intelectual, e impede que a classe operária e as grandes massas deles se apoderem.

⁹ RÍOS, Carlos Castillo. *La Educación en China*. Buenos Aires: Búsqueda, 1973, p. 32.

¹⁰ CARVALHO, Olgamir Francisco de. *A Escola como Mercado de trabalho: os bastidores da divisão do trabalho no âmbito escolar*. São Paulo: Iglu editores, 1989, p. 35.

Dessa forma, fica evidente o motivo pelo qual a Revolução Cultural privilegiou a necessidade de superação da divisão capitalista do trabalho, superação que deveria ser alcançada a partir de mudanças pedagógicas em todos os níveis de ensino (desde a educação infantil até o ensino superior), que ocasionariam mudanças no interior das fábricas - a partir de uma nova compreensão do trabalho (valorização do trabalho manual), aquisição de conhecimentos técnicos e gerenciais (superando a oposição entre tarefas de direção e tarefas de execução) - assim como em mudanças na sociedade, pois conforme já mencionado, a superação da divisão capitalista do trabalho seria um grande avanço na etapa de transição socialista, pois possibilitaria aos trabalhadores o domínio do processo de produção e a reapropriação dos meios de produção (já que a estatização dos meios de produção não asseguraria um avanço rumo ao comunismo).

Outra condição vista como essencial para essa revolucionarização, segundo Mao Zedong, é a apropriação pelas massas da ideologia proletária, e isso a revolução no ensino também vai buscar, através da implantação de grupos de estudo do pensamento marxista (abordando, principalmente, Marx, Lênin e Mao Zedong). Por esse motivo, “a questão escolar na China não é uma questão meramente pedagógica (como ela é aparentemente na sociedade burguesa), mas uma questão política, que depende de uma estratégia política, uma estratégia revolucionária”¹¹.

¹¹ ESCOUBAS, E. *op. cit.*, p. 63

No primeiro capítulo, retomamos as condições sociais, políticas, econômicas e ideológicas que permeavam a China no período anterior à Revolução Cultural, e para isso, partimos do momento em que o líder Mao Zedong começa a esboçar suas primeiras idéias sobre educação, percorrendo diversos momentos até 1966, ano que marca o início da revolução cultural.

Esse capítulo é essencial no sentido em que aproxima o leitor do contexto e dos acontecimentos da época, visto que abordamos um assunto pouco conhecido, o que implica na necessidade de uma revisão geral dos momentos antecedentes ao episódio analisado a fundo. Além disso, oferecemos indícios das contribuições de Mao à reflexão educacional.

No segundo capítulo, apresentamos as transformações operadas no ensino no período da revolução cultural, que é o objeto central do qual partirá nossas análises posteriores.

Foi realizado um detalhamento dessas mudanças com o intuito de fornecer subsídios para a análise a ser desenvolvida e aprofundada no capítulo posterior. Levantamos nesse capítulo as principais transformações ocorridas nos níveis fundamentais de ensino: educação infantil; ensino fundamental; ensino médio e ensino superior¹².

No terceiro capítulo, partiremos para um aprofundamento da questão discutida nessa pesquisa, que se refere ao período de transição socialista e a

¹² Optamos por empregar a atual nomenclatura utilizada no ensino brasileiro para denominar os diferentes níveis de ensino a que faremos referência nesse estudo. As obras de referência utilizam, em sua maioria, a nomenclatura utilizada na década de 1970, ou seja: jardim de infância, ensino primário, ensino secundário e ensino superior.

necessidade de profundas transformações nas chamadas relações sociais de produção.

Ao analisarmos os avanços obtidos a partir das transformações no ensino, veremos que esses avanços são barrados pela manutenção de antigas relações sociais de produção (ainda capitalistas) que dificultam qualquer avanço rumo ao comunismo.

Partindo de uma análise da necessidade de superação da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, um dos objetivos centrais das mudanças no ensino, veremos que essa superação é extremamente importante ao possibilitar a apropriação pelos operários do controle da produção, ao eliminar a diferenciação existente entre os diversos postos de trabalho, ao permitir o início da transformação das relações de produção capitalistas, ao mesmo tempo em que coloca como premissa a ocorrência de outras mudanças na sociedade como um todo.

Nos apoiamos principalmente nas análises de Charles Bettelheim, Maria Turchetto, Gianfranco La Grassa, Bernard Fabrègues, Marco Macció, entre outros, que nos fornecem interessantes perspectivas sobre essa temática do período de transição socialista, que tanta polêmica já despertou, mas que ainda possui diversos elementos a serem discutidos, polemizados, desenvolvidos etc.

Capítulo 1 – DE 1917 À REVOLUÇÃO CHINESA

Quando Mao Zedong proclamou a República Popular da China em 1º de outubro de 1949, o país encontrava-se visivelmente debilitado sócio-economicamente, após cerca de 30 anos de guerra civil.

A guerra civil havia acabado, o Guomindang (ou Partido Nacionalista) saíra derrotado, porém uma nova luta difícil começava: a luta contra a ameaça de agressão imperialista e a necessidade de promover a restauração econômica, que incluía uma reforma agrária, o estabelecimento e desenvolvimento de indústrias e o saneamento financeiro, além de consolidar o poder do Partido Comunista Chinês (PCCh), que passara a comandar a vida de mais de 600 milhões de pessoas, dando início, desta maneira, à construção do socialismo.

Naquele momento, as realizações soviéticas repercutiam em todo o mundo e a URSS era o principal país em que se havia tentado pôr em prática as idéias socialistas. Com isso, a China adotou o modelo soviético contando com o apoio dos mesmos para se reorganizar economicamente.

A necessidade de reestruturar a vida econômica e social também refletiu no campo educacional que, a partir de 1949, começou a sofrer algumas pequenas mudanças, que se concretizaram nos anos seguintes à fundação da República Popular da China, já que era impossível implementar imediatamente as idéias sobre educação que Mao Zedong já havia desenvolvido bem antes da tomada do poder.

Essas idéias pedagógicas formuladas por Mao estão presentes ao longo de sua vida, e começam a surgir a partir de 1917, e para melhor compreender o desenvolvimento delas, será preciso retomá-las.

1917-1931

Mao, que sempre demonstrou interesse por temas educacionais e inclusive foi professor, começou a desenvolver algumas idéias sobre educação a partir de 1917, quando escreveu seu primeiro artigo intitulado “Um estudo de educação física”¹³, em que enfatizava a necessidade de plena saúde física (obtida a partir de exercícios físicos constantes) para poder adquirir e desenvolver o conhecimento intelectual.

Apesar desse ser o primeiro escrito de Mao sobre educação, este apresenta a educação física como extremamente importante, mas essa noção está diretamente relacionada com o contexto histórico e social vivido por Mao, com a crescente importância da educação militar e física para todos os indivíduos, que deveriam defender sua pátria contra ameaças externas. Apesar desse extremismo quanto à importância do treinamento e preparo físico, encontramos em Karl Marx a presença desse tipo de educação como sendo um dos três pilares básicos para a educação politécnica, que como veremos é o modelo de educação que deveria ser desenvolvido no período de transição socialista:

“1. Educação intelectual.

¹³ SCHRAM, Stuart (ed.). *Mao's road to power: revolutionary writings 1912-1949*. New York: East Gate Book, 1992, vol. 1.

2. Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares.
3. Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais”¹⁴

Outro comentário sobre educação feito nesse mesmo ano (1917) foi uma crítica aos programas que tendem a consagrar o estudo pelo estudo; crítica também ao conteúdo, aos manuais (copiados do Ocidente) e ao dialeto chinês utilizado no ensino, já que considerava fundamental o emprego da língua comum (*Guoyü*) e não a difícil língua dos letrados (os *da ren* que falavam a língua de *Beijing*). Nesse momento, Mao ainda não era marxista, porém essas idéias relativas à educação serão retomadas depois de 1949.

Como veremos, Mao está preocupado com questões práticas do cotidiano escolar, e ao invés de ficar no plano abstrato da análise educacional, parte para instruções que visam beneficiar os alunos e professores, numa tentativa de fornecer elementos que alterem a ordem vigente no interior das escolas e dos locais onde a educação formal era incentivada; além disso, ao expandir a esfera da educação para além dos muros da escola, Mao traz a temática educacional como elemento de suma importância para a sociedade como um todo, sendo toda a população responsável pela própria educação, não apenas das crianças e

¹⁴ LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs.). *Marxismo e Educação: debates contemporâneos*. Campinas: Editora Autores Associados, 2005, p. 12

jovens, mas das mulheres e homens adultos, do campo e da cidade – é o conceito de totalidade aplicado à educação, ao qual corresponde a noção de que o processo educativo deve durar a vida inteira, e todas as atividades sociais e experiências no trabalho podem ser atividades educacionais, sendo assim, a sociedade é, na verdade, uma grande escola.

As noções abstratas e teóricas também estão presentes em seus textos, e versam principalmente sobre a natureza e a necessidade da educação, afinal Mao concordava com as formulações marxistas que afirmavam ser a educação uma simples parte da superestrutura, entretanto, ele complementava essa afirmação ao ver a educação como um fruto do amadurecimento do sistema econômico e político, estando ela diretamente relacionada com a forma como esses sistemas estavam funcionando no interior da sociedade, e mais que isso, Mao via a possibilidade de a educação ser um processo de mudança, ao permitir transformações sociais, muitas vezes diretamente relacionadas com a luta de classes e a luta política, sendo nesse aspecto um “caminho para o processo de mudança de pensamento e sentimento típico de uma classe para outra”¹⁵ – essa possibilidade será extremamente frisada por Mao ao defender a educação como protagonista do avanço e difusão da ideologia proletária ao longo da revolução chinesa.

¹⁵ CHU, Don-Chean. *Chairman Mao: Education of the Proletariat*. New York: Philosophical Library, 1980, p. 66.

Será em 1919, com o movimento do 4 de maio ¹⁶, que Mao se conscientizará (assim como a grande maioria dos intelectuais chineses) dos fenômenos políticos e da natureza dos problemas que atingiam a China, através de uma análise nacionalista e anti-confuciana contra a ocupação estrangeira e em defesa da modernização, e é nesse momento que as idéias marxistas começaram a receber maior atenção por parte dos chineses.

No final de 1919, Mao organizou uma greve de estudantes de Changsha e, em 1920, em Beijing, se tornou diretor de uma escola primária. Em 1922, criou um colégio de auto-instrução em Changsha, no qual cada aluno escolhia os cursos que mais lhe agradassem. Além disso, ele estava convencido de que a maneira de ensinar devia ser adaptada à classe social a que se dirigia o ensino.

Em 1929, Mao escreveu dez princípios pedagógicos que objetivavam tornar mais eficiente e interessante o ensino: iniciar o aluno na vida escolar com cautela (a criança precisa de atenção especial para se adaptar ao novo ambiente); avançar do próximo ao distante, do superficial ao profundo (contrariamente ao método da escola tradicional, que proporciona o conhecimento do mundo e da vida através de modelos, o que distancia o conhecimento da realidade do aluno); começar pelo mais fácil e chegar ao mais difícil; popularizar a educação; utilizar linguagem clara; despertar o interesse dos ouvintes, fazer as aulas interessantes; falar com gestos, se necessário; repetir incansavelmente o fundamental da aula, até alcançar a compreensão total; resumir o que foi dito, reforçando o mais importante (todos esses princípios possibilitariam colocar a educação a serviço do

¹⁶ Foi o primeiro episódio de luta anti-imperialista revolucionária na China. Atingiu principalmente os estudantes e intelectuais. Cf. PISCHEL, Enrica Collotti. *História da Revolução Chinesa*. Sintra:Publicações Europa-América, 1976, vol. 1.

camponês e do operário; e fariam da escola uma instituição acessível a toda a massa popular); desenvolver as práticas de discussões e debates (aqui há uma crítica ao método tradicional, quando o professor fala e os alunos devem escutar passivamente). Esses princípios serão o fundamento da educação revolucionária que será posteriormente desenvolvida.

1931-1949

O próximo período importante para o desenvolvimento das idéias pedagógicas de Mao Zedong foi a constituição da República dos Soviets em Kiangsi, em 1931. Nesse momento Mao defendia a necessidade da educação ser obrigatória e gratuita para eliminar o analfabetismo o mais rápido possível. Além disso, a idéia de aprender fazendo já era enfatizada junto com a necessidade de adequar o conteúdo ensinado à realidade camponesa.

Essas concepções de Mao coincidem com algumas sugestões de Karl Marx ao analisar a educação em pleno século XIX. Se buscarmos alguns textos de Marx que abordem a temática da educação, veremos, por exemplo, em *Manifesto Comunista*¹⁷, no décimo item do programa apresentado, que Marx defende a necessidade de educação pública e gratuita para todos, entretanto vale lembrar que essa reivindicação não é uma característica apenas da educação comunista, visto que a própria sociedade capitalista implantou o modelo de escola laica, gratuita e obrigatória para todas as crianças e jovens.

¹⁷ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988

Já a idéia, proposta por Mao, de adequar o conteúdo ensinado com a realidade vivida pelo aluno apresenta uma clara noção da íntima relação que se estabelece entre as necessidades sociais do indivíduo e a educação, isto é, cada aluno deveria ter uma educação adequada às suas necessidades, ambições, etc, sendo um avanço o ensino voltado para a realidade do aluno, algo diferente do que ocorria na maioria das instituições de ensino, que generalizavam o conteúdo a ser ensinado, independente do receptor daquelas informações, muitas vezes buscando apenas um conhecimento teórico, sem aplicação prática imediata e sem grande importância para o desenvolvimento do indivíduo enquanto agente social.

Este período foi uma experiência importante para Mao, pois pela primeira vez ele se defrontou com a necessidade de buscar um equilíbrio entre planificar centralmente a educação visando alcançar alguns objetivos globais, e o fato de incentivar ao máximo as iniciativas das autoridades locais para administrar e controlar o sistema de educação.

Em 1937, com a Guerra Sino-japonesa e a necessidade de reorganizar suas forças para uma possível luta contra o Guomindang, o Partido Comunista Chinês instalou uma base em Yenan, que fica na província de Shaanxi, após a Longa Marcha liderada por Mao, que conduziu os revolucionários por mais de 6000 quilômetros rumo à região noroeste da China. Em Yenan foi fundado um governo dirigido pelos comunistas que fizeram diversas modificações sociais e políticas, que mais tarde serviram de inspiração à República Popular da China. Dentre essas modificações estão algumas experiências realizadas na área da educação.

Mao propôs o corte de cursos desnecessários, uma administração escolar mais eficiente, que possibilitasse a educação em massa, além de instituir a escola primária como obrigatória e gratuita. A educação foi concebida como meio para atingir alguns objetivos, entre os quais o remodelamento ideológico buscando uma correta orientação socialista. Para aqueles que não pertenciam à classe dos proletários ou dos camponeses, a educação deveria possibilitar o conhecimento da ideologia proletária, formando estudantes para o trabalho disciplinado e com o desejo de trabalhar junto às massas.

A prática se torna um componente da educação: o tempo em classe diminui, há várias possibilidades para participar do trabalho produtivo. Os resultados do aluno obtidos a partir de seu comportamento e de seu trabalho constituíam a base para a avaliação e a obtenção da aprovação e do reconhecimento.

Essa relação entre o trabalho produtivo e a educação será intensamente valorizada no período da revolução cultural, visto que a união entre a prática e a teoria é um dos elementos fundamentais da educação politécnica e, desde as elaborações de Marx, já aparece como importantíssima, afinal o modelo de educação socialista deve reunir o trabalho socialmente produtivo à instrução e à ginástica, sendo esse método o que melhor possibilita o desenvolvimento do homem polivalente, integral, que supera a chamada divisão capitalista do trabalho, que opõe trabalhadores manuais e trabalhadores intelectuais, impedindo um desenvolvimento amplo e sem limitação das capacidades humanas.

A educação de massa deveria possibilitar a conscientização sobre o meio social, contribuindo na formulação de conceitos destinados à mudança do homem,

em termos políticos e sociais. É importante frisar que a educação formal é apenas uma das vias de formação, existindo outras, como grupos de alfabetização, grupos de leitura de jornais, etc, que a partir do princípio *min-pan kung-chu* “gestão popular, auxílio público” (auxílio não apenas financeiro, mas também quanto ao programa) se estabeleceram a partir da iniciativa e participação locais.

O treinamento dos quadros também foi visto como necessário, assim como a educação de massa. O letramento de adultos era outra necessidade que não poderia esperar. Em decorrência da relativa maturidade em termos de idade dos estudantes, foi encorajado o uso do método de discussão. Grupos de leitura e o uso de crianças escolarizadas no ensino dos adultos de sua própria família foram outros métodos para suprir as necessidades da vida rural.

Um grande marco deste período foi a *Kang Ta*, abreviatura da Universidade Popular Política e Militar Anti-japonesa, que apresentou algumas características que serão retomadas na década de 1950. São elas:

1. Objetivos corretos: política no comando, pensamento de Mao como guia para todas as atividades; estudo e prática seguem juntos.
2. Supervisão direta por Mao Zedong; estrita adesão aos princípios determinados por Mao.
3. Incentivo ao espírito de união, intensa dedicação ao trabalho e rigorosa disciplina. Domínio da atmosfera política e militar.
4. Educação política seria o núcleo do currículo. Escritos de Mao são os materiais de ensino.
5. Integração entre teoria e prática.

6. Conteúdo simplificado. Poucos, porém mais cursos concentrados; eliminação do não-essencial.
7. Curto período de ensino: 6 a 8 meses para completar um curso.
8. Métodos atrativos de ensino, ensino coletivo, assistência mútua entre os estudantes; grupo de discussão como método de ensino; exames marcados e com consulta.
9. professores imbuídos pelos ideais revolucionários.
10. Auto-confiança
11. Parcimônia com os gastos públicos¹⁸

Apesar das grandes inovações que apareceram no campo teórico referente à educação no período de Yenan, naquele momento não houve uma revolução na prática educacional, mantendo na prática um sistema tradicional de escolas, com a administração da educação nas mãos dos antigos intelectuais burgueses. Entretanto, a educação de Yenan forneceu um conjunto de idéias e inovações que mais tarde será retomado para que uma verdadeira revolução ocorresse.

1949 – 1966

Parte inicial da tarefa educacional do novo regime, em 1949, era continuar a reabilitação pós-guerra e permitir o funcionamento ininterrupto das escolas. Para conseguir isso, as escolas missionárias e religiosas tiveram permissão para funcionar; as escolas particulares continuaram abertas e aos poucos as mudanças foram sendo implantadas.

¹⁸ cf. CHEN, Theodore Hsi-en. *The Maoist Educational Revolution*. Nova Iorque: Praeger publishers, 1974.

Uma das mais importantes fases da reforma da educação pós-1949 foi a adoção do modelo soviético. Por aproximadamente dez anos, o slogan “aprender com a União Soviética” foi o guia para as reformas no currículo, no método de ensino, na organização e administração escolar. A língua russa substituiu o inglês, e os professores de inglês tiveram que aprender o russo para continuarem com seus cargos de professores de língua estrangeira. Grupos de educadores soviéticos foram à China e divulgaram suas idéias e práticas educacionais. Delegações chinesas também foram à URSS para estudarem a educação russa em sua aplicação prática.

O lema “aprender com a URSS” atingiu os diversos níveis escolares, mas principalmente o ensino superior, que abandonou o estilo americano de educação em favor de universidades politécnicas com soviéticos em cargos estratégicos, e prolongou a duração dos cursos para cinco anos.

Dados de 1957, divulgados pelo governo chinês, indicam que foram enviados às universidades mais de 700 especialistas da URSS, que treinaram 8285 estudantes e professores, inauguraram 889 novos cursos, e coordenaram 443 cursos dados por professores chineses. Além disso, escreveram 629 materiais de ensino e ajudaram 496 laboratórios, 192 bibliotecas e 34 fábricas em que os estudantes adquiriam experiência¹⁹.

Os textos soviéticos foram traduzidos para serem adotados nas salas de aula, e as teorias soviéticas foram aceitas nas mais diversas áreas do conhecimento: ciência, economia, pedagogia, psicologia e outras. Outra contribuição soviética foi o estabelecimento de novas linhas de pesquisa, como

¹⁹ CHEN, Theodore Hsi-em. *op. cit.*

por exemplo, estudos sobre energia nuclear. Uma das críticas feitas posteriormente à adoção dessa influência soviética foi o fato de ocorrer o “método de ensino em 3 cópias”, ou seja, primeiro o professor lia o material soviético e simplesmente o traduzia, sem qualquer interpretação e questionamento, depois o professor escrevia na lousa o conteúdo, novamente sem alterações, que era copiado pelos alunos em seus cadernos. A influência também ocorreu por mais de 36000 estudantes chineses terem ido à URSS para complementarem seus estudos.

A teoria pedagógica russa divulgada na China era baseada nos estudos de Iran Andreevick Keirov. Seus textos foram traduzidos para o chinês e se tornaram valiosos instrumentos de consulta para quem se interessava por educação, sendo sua teoria considerada como a pedagogia socialista por excelência.

Keirov considerava a educação como um fenômeno puramente humano, não considerando a relação que a educação estabelece com as classes sociais, com a luta de classe, que foi vista como essencial por Marx e Engels. Os críticos de Keirov afirmam que a educação primeiramente desenvolve as necessidades para a luta de classes, e não supre apenas meras necessidades humanas abstratas.

A idéias básicas de Keirov podem ser apresentadas em sete pontos:

- “1. A educação é um fenômeno humano
2. Os adultos, mediante a educação, transmitem seus conhecimentos e experiências aos jovens. Por conseqüência, as escolas socialistas têm uma tarefa primordial: ensinar aos alunos os conhecimentos gerais, profundos e

exatos, sobre a natureza, as sociedades, e o desenvolvimento do pensamento humano.

3. Todas as crianças são iguais quando se trata de adquirir conhecimento

4. As escolas têm uma dupla tarefa:

a) formar alunos para os estabelecimentos de ensino superior e,

b) formar os alunos que mais tarde serão incorporados ao trabalho produtivo;

5. A educação é boa quando os alunos assimilam os conhecimentos acumulados por toda a humanidade depois de séculos. Eles constituem um tesouro científico, sólido, seguro.

6. A melhor maneira de ensinar é na sala de aula. Cada palavra, cada ordem do professor tem valor de lei.

7. Deve ser excluído do curso tudo o que é discutível ou necessita ser confirmado pela ciência.²⁰

Esses pontos apresentados permitem o reconhecimento de uma pedagogia que perpetua a divisão entre trabalho intelectual e manual (item 4), educação teórica desvinculada da prática (itens 2, 5 e 6); defesa de uma educação burguesa, que vê a educação como neutra, sem defesa de interesses (item 1). A crítica a essa pedagogia soviética será feita posteriormente por Mao, na tentativa de suprimir uma educação burguesa que perpetuava as desigualdades na sociedade.

Apesar da posterior crítica, essa teoria pedagógica foi amplamente aceita no momento posterior à fundação da República Popular da China, quando houve

²⁰ RÍOS, Carlos Castillo. *La Educación en China*. Buenos Aires: Búsqueda, 1973, p. 17.

um aumento significativo do número de escolas, através do movimento de expansão da educação escolarizada, apesar de posteriormente ser criticada.

As mudanças educacionais começaram a ocorrer principalmente a partir de 1951 (dois anos após a fundação da nova China), quando um novo sistema escolar foi divulgado, em 1º de outubro, porém algumas características da época do Guomindang continuaram concomitantemente às influências soviéticas, o que fez com que as escolas fossem orientadas por uma ideologia considerada burguesa, não permitindo o amplo acesso das camadas populares a essa instituição.

Nesse momento temos um período de reforma educacional, mas não de revolução educacional, pois as antigas escolas regulares continuavam desfrutando de respeito e prestígio, afinal o antigo espírito educacional não havia mudado. Como veremos, apesar de todas as mudanças desse período, a educação não estava produzindo o “novo homem”, visto como necessário para consolidar a sociedade socialista.

O currículo das escolas primárias seguiu o que já havia sido formulado no período de Yenan, ou seja, um currículo flexível, prático, enfatizando principalmente o letramento, a matemática e a ciência, porém através do uso de materiais soviéticos meramente traduzidos, sem nenhuma revisão, não possibilitando uma adequação quanto às características e necessidades de cada província. As escolas secundárias tiveram um currículo com 30 aulas semanais, contando com disciplinas como geometria plana, sólida, analítica, trigonometria, geografia, línguas estrangeiras, e várias outras. O maior problema existente era

decorrente da rigidez dos exames, tanto daqueles realizados para o ingresso no ensino médio, quanto os exames conclusivos referentes às disciplinas elencadas acima, os quais acabavam por realizar uma seleção e apenas uma elite acadêmica continuava seus estudos. Esse modelo se distancia completamente da educação universal e politécnica proposta por Marx e Mao²¹.

O ensino superior foi o nível privilegiado, com três tipos de instituições funcionando: universidades pluridisciplinares, que formavam professores e profissionais em quatro anos, nas diversas áreas de ciências humanas e ciências da natureza; institutos de especialidades, que formavam médicos, técnicos industriais, agrônomos, economistas, e outros especialistas altamente qualificados; e por fim, escolas especializadas que em dois ou três anos formavam especialistas de nível médio e técnico. Essa preferência pelo nível superior está ligada à política vigente no período, que buscava o desenvolvimento das forças produtivas, mas sem alterações nas relações sociais.

Em 1951, o partido comunista chinês lançou o movimento de “reforma do pensamento” (*ssu-hsiang kai-tsao*) para divulgar entre os intelectuais os fundamentos do marxismo-leninismo, além de retificar e eliminar as influências burguesas. Esse movimento não ocorreu no interior do aparelho escolar, mas sim em uma esfera mais ampla da sociedade. Entretanto ele é importante para nossa compreensão das mudanças ocorridas a partir de 1949, além de explicitar como os intelectuais eram vistos e entendidos por Mao. Nesse momento, muitos intelectuais foram criticados pelo excesso de teoria e incapacidade para resolver os problemas práticos da vida social.

²¹ HAWKINS, John. *Mao Tse-Tung and Education*. Hamden: The Shoe String Press, 1974.

Os intelectuais em uma sociedade socialista, para servir aos camponeses e proletários, deveriam compreender seu modo de vida, seu trabalho, sua trajetória. Assim, é necessário relacionar a teoria que os intelectuais já possuem com a prática, vivida por grande parte da população. A questão dos intelectuais será retomada com grande intensidade a partir de 1957, quando novas e importantes reformas começam a serem realizadas por Mao.

Havia também a necessidade de reforma dos chamados contra-revolucionários, realizada por meio do trabalho manual ou através de reeducação nos campos. O alvo era principalmente integrantes da grande burguesia ainda existente, quadros do Guomindang, proprietários rurais, criminosos, etc.

É também a partir de 1951 que temos as campanhas denominadas “campanha dos três antis” e “campanha dos cinco antis”, que tinham por objetivo, respectivamente: eliminar a corrupção, o desperdício e o burocratismo nos membros do partido e administradores, e eliminar o suborno, fraude, evasão fiscal, prevaricação e divulgação de segredos econômicos do Estado nos membros da burguesia nacional, através do amplo apoio dos trabalhadores²².

Vemos, então, que na década de 1950 tivemos uma educação baseada nas diretrizes soviéticas. Esse modelo adotado implicou em:

- lentidão no ensino; ensino superior foi estendido para cinco anos, adiando o ingresso no trabalho produtivo.

²²RÍO, Eugenio. La teoría de la transición al comunismo em Maotsetung (1949 – 1969). Madri: Editorial Revolucion, 1981.

- grupos de estudos se multiplicaram para cumprir os planos de especialização recomendados pelos soviéticos.
- ausência de novos materiais didáticos adequados à situação chinesa; textos do período do Guomindang e clássicos chineses elaborados pela elite intelectual continuaram sendo utilizados.
- estudos acadêmicos e aquisição de conhecimentos são estritamente ligados. O trabalho e o estudo político são ignorados. O trabalho é reduzido a um mínimo e a política está presente em cursos específicos. Falta incentivo à participação em atividades políticas e sociais. A luta de classe é vista como dispensável, não essencial.
- escolas devem ser dirigidas por especialistas, ou seja, burgueses com experiência em educação. Nas Universidades, os intelectuais burgueses assumem a direção em virtude de suas experiências em lecionar.
- educação técnica, ou estudo da técnica, é considerado mais importante que o trabalho produtivo.
- a titulação acadêmica, o diploma, incentiva o estudo visando apenas o reconhecimento pessoal.

Ao lado desse modelo educacional, tivemos o desenvolvimento econômico e o esforço em consolidar o socialismo a partir do Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957), quando houve o incentivo para o desenvolvimento da indústria pesada, subsidiada pelo campesinato, e a aceitação da doutrina soviética na qual a eliminação da propriedade privada ocasionaria relações sociais de produção socialistas, ou seja, ao transferir a propriedade privada para o Estado,

automaticamente as relações sociais de produção capitalistas seriam exterminadas, e uma nova relação social de produção surgiria. Em 1953, as áreas rurais começaram a serem transformadas em cooperativas agrícolas, ao mesmo tempo em que ocorria a tentativa de aceleração do processo de coletivização no campo.

Esse plano quinquenal aumentou a contradição entre a cidade e o campo, além de ter possibilitado a formação de uma camada privilegiada de agentes, e a intensificação da burocratização. Contra esses fenômenos teremos o movimento do Grande Salto Adiante em 1958, como veremos a seguir.

Em 1956 temos o movimento das Cem Flores, que a exemplo do florescimento cultural do século V a.C. queria que “cem flores florescessem, cem escolas competissem”, levando os intelectuais a colocarem toda a sua capacidade a serviço da construção socialista, a partir de uma reeducação que eliminasse a ideologia burguesa. Houve uma campanha para encorajar a crítica no âmbito cultural, a crítica do partido e de seus membros, necessárias para se alcançar uma democracia das massas. Durante as Cem Flores os estudantes criticaram suas condições, os cursos e a maneira como o ensino era efetuado, pois ainda vigorava o modelo soviético.

Em 1957, houve o retorno da uma experiência realizada em Yenan: o Movimento de Educação Socialista, que entre 1962 a 1965 terá seu episódio mais relevante. Mao lançou esse movimento com o objetivo de empreender uma luta “antidireitista”, fortalecendo os pilares da ditadura do proletariado: os operários e os camponeses. Conforme circular do Comitê Central de 8 de agosto de 1957, o

objetivo do movimento “(...) era esclarecer a população rural sobre as questões relativas à superioridade do sistema de cooperação, à compra e venda planificada dos cereais e outros produtos agrícolas, às relações entre camponeses e operários, à repressão dos contra-revolucionários e ao cumprimento das leis”²³. Além disso, objetivava consolidar a crença na via socialista, criticar e vencer idéias capitalistas, denunciar sabotagens de camponeses, e também reorganizar cooperativas, o Partido e a Liga da Juventude, possibilitando dessa forma a preparação dos camponeses e operários para uma mudança profunda nas estruturas de produção a partir das comunas populares.

Após as Cem Flores e o Movimento de Educação Socialista de 1957, Mao Zedong lançou outra campanha para corrigir os abusos cometidos por membros do partido, como autoritarismo, excesso de burocracia, nepotismo, etc. Nesse momento, Mao já visualizava a existência de graves problemas que impediam a consolidação de uma sociedade socialista. Alguns desses problemas, visíveis no âmbito escolar, eram:

- formação de uma hierarquia no interior do aparelho escolar;
- existência de burocratismo exacerbado;
- favorecimento das crianças de origem burguesa a partir de educadores formados na antiga sociedade ou em países estrangeiros. Esses alunos beneficiados seguiam carreira acadêmica, livres de qualquer trabalho manual e longe da vida nos campos;

²³VILTARD, Yves. O sistema político chinês no Movimento de Educação Socialista. Braga: Moraes editores, 1976, p. 16

- existência de divisões no interior do partido, sendo que uma parte dos membros acreditava que a educação universal não era uma real necessidade, pois mais importante era a formação técnica de agentes. Já era possível visualizar duas linhas teóricas diferentes entre os membros do partido, que em 1960 se intensificam ocasionando rupturas e mudanças²⁴.

Consciente desses obstáculos, Mao lançou em 1958 o Grande Salto Adiante²⁵, que na esfera educacional foi uma forma de romper com os sistemas educacionais estrangeiros, elitistas, além de propor mudanças, na tentativa de adaptar a educação aos objetivos do Estado chinês e favorecer a formação do “novo homem”.

Uma primeira mudança realizada foi o incentivo aos alunos e professores para que participassem do trabalho produtivo regular como forma de eliminar a noção de superioridade da elite intelectual.

Entre abril e junho de 1958 foi elaborado um documento intitulado “A educação deve ser combinada com o trabalho produtivo”, que resultou em duas mudanças fundamentais²⁶:

- aplicação do princípio de combinação dos estudos com o trabalho manual em todos os estabelecimentos escolares;

²⁴ TISSIER, Patrick. *L'éducation en Chine Populaire*. Paris : François Maspero, 1978.

²⁵ Não foi um movimento restrito ao âmbito escolar. Foi um movimento econômico e social destinado a estimular a produção no campo, apoiado na participação e iniciativa das massas, como forma de diminuir as discrepâncias entre meio rural e meio urbano, e promover o desenvolvimento econômico da China. O campo passa a ser o local ideal para o desenvolvimento industrial, se distinguindo da URSS.

²⁶ TISSIER, Patrick. *Op. cit.*

- as escolas secundárias agrícolas deveriam responder às necessidades dos alunos que continuassem seus estudos no nível médio, além de formar técnicos agrícolas, capacitados para a demanda da área rural.

Esse mesmo documento apresentou algumas críticas a concepções existentes na sociedade chinesa, como por exemplo, a idéia de que apenas o conhecimento livresco é um conhecimento válido, não considerando conhecimento aquele que é obtido pelas experiências práticas, pelo trabalho produtivo. Há a defesa da participação das massas na administração escolar, não sendo esta exclusividade dos intelectuais e especialistas da área pedagógica.

O principal objetivo desse documento era demonstrar a necessidade de conjugar o estudo com o trabalho produtivo, além da defesa da criação de escolas pela massa popular com o auxílio do governo, retomando o princípio *min-pan kung-chu* desenvolvido em Yenan.

Cumprindo esses dois objetivos, seria mais fácil a formação do “novo homem”, trabalhador e com consciência socialista, do homem “técnico e vermelho”. Assim, a educação atingiria seu principal objetivo em uma sociedade socialista, que seria a de servir à política proletária e ser integrada ao trabalho produtivo.

Além desses objetivos, esse documento também apresenta os princípios que devem reger a educação:

- combinar unidade com diversidade: o ensino é único, mas as escolas podem ser estabelecidas de diversas maneiras;
- combinar expansão da educação com elevação de seu nível;
- combinar planificação com descentralização

- aplicação da política “caminhar sobre as duas pernas”, ou seja, de um lado há escolas criadas pelo governo central e de outro aquelas criadas por fábricas, minas, comunas, forças armadas, etc; ensino geral e ensino profissional ou técnico; ensino em tempo integral e em meio período ou em horas livres; ensino regular e alternativo (curso pela televisão, rádio, correspondência).

Esse movimento também incentivou as escolas primárias abertas pelo povo; a educação dos adultos; as diversas escolas para as horas livres, visando o ensino técnico e o incentivo à cultura; e nas cidades incentivou a criação de escolas pelas fábricas, e de fábricas pelas escolas.

Outra importante mudança realizada nesse período foi a tentativa de superar as diferenças entre cidade e campo. Assim como no âmbito econômico, a educação no campo foi privilegiada, com amplo incentivo de Mao para que as comunas organizassem suas escolas através da cooperação entre organização de massa e órgãos administrativos, adequassem os materiais de ensino e os conteúdos à realidade vivida, equiparassem o nível de ensino com aquele oferecido pelas escolas urbanas, eliminassem o analfabetismo através da educação formal e informal, além da implantação de cursos que combinavam o estudo e o trabalho produtivo, que caracterizaram a chamada escola popular.

Fica claro nesse momento o intuito de Mao em compreender as condições particulares de cada região e a necessidade de envolver os grupos locais, as comunas, no processo de decisão política e administrativa, possibilitando que os alunos e professores de todos os níveis realizassem tanto o trabalho manual quanto o intelectual, combinando teoria e prática.

O movimento Grande Salto Adiante foi o primeiro momento em que houve a possibilidade de retomar os princípios educacionais formulados no período de Kiansi e Yen-an, entretanto essa tentativa é fracassada quando, em 1959, por motivos econômicos e políticos, o movimento é encerrado, e os avanços obtidos na área educacional regridem, possibilitando novamente a existência de uma educação elitista, distante do trabalho produtivo, impossibilitando a formação do “novo homem” necessário à sociedade socialista.

Conforme visto, o Grande Salto Adiante foi um movimento que atingiu diversas esferas da sociedade chinesa. No plano econômico, o crescimento da produção industrial e agrícola foi gigantesco. Entre 1958 e 1959 a produção dobrou e o otimismo já anunciava que o Grande Salto havia triunfado, e mais: ele seria permanente.

Entretanto em fins de 1959 a força de trabalho e os recursos materiais começaram a se desgastar e se dispersar, o que ocasionou queda na produção industrial e forte regressão na produção agrícola, em decorrência da seca e das inundações. Fatores políticos e sociais também foram fundamentais para a crise econômica: os camponeses ao alcançarem a produção necessária para suprir suas necessidades passaram a se dedicar a atividades não agrícolas, não produzindo excedentes; as cooperativas agrícolas foram fechadas em 1959; a ideologia proletária ainda não havia atingido toda a região rural, e com isso muitos camponeses se preocupavam exclusivamente com a propriedade privada. Diversos motivos levaram à crise, que trouxe algumas consequências: com a queda da produção agrícola houve a necessidade de um racionamento de grãos,

cereais e outros produtos nas cidades; a diminuição da produção também provocou perdas nas finanças do Estado e também nos investimentos²⁷.

Em 1960, a crise se agravou ainda mais. Divergências ideológicas e políticas afastavam cada vez mais a China da União Soviética. Essa relação já se encontrava abalada desde 1956 com as denúncias de Khrutchev dos “crimes de Stalin”, entretanto a ruptura ocorreu com a recusa dos chineses em aceitar a coexistência pacífica com o imperialismo e a recusa em apoiar os movimentos de libertação nacional que ocorriam em todo o mundo. Com a ruptura, a URSS retirou todos os técnicos que orientavam mais de 170 grandes projetos industriais chineses.

A atitude soviética fez a China reorganizar sua economia, paralisar várias obras, permitir a retomada da produção doméstica camponesa, fazendo com que o período até 1962 fosse marcado por essas dificuldades econômicas e políticas.

No interior do Partido Comunista Chinês a crise política decorrente de divergências quanto ao modo de solucionar a crise econômica, a maneira de entender o período de transição, etc, ocasionou a divisão, ou intensificou a divisão, em duas linhas opostas, que também influenciaram o campo educacional, como veremos a seguir.

Com a saída de Mao da presidência do governo em 1958, e com a dificuldade em atingir os objetivos do Grande Salto Adiante, uma linha completamente oposta a Mao, liderada por Liu Shao-chi, assumiu a presidência da

²⁷ POULAIN, Edouard. *Le mode d'industrialisation socialiste en Chine*. Paris: François Maspero, 1976.

República e passou a ter mais poder. Forças sociais conservadoras, formadas pela antiga burguesia nacional e pelos antigos camponeses ricos, que defendiam a propriedade privada, o individualismo, a defesa dos interesses individuais imediatos em detrimento dos interesses coletivos a longo prazo, além dos intelectuais burgueses que ainda estavam presentes no sistema educacional foram obstáculos para a consolidação das modificações sofridas na educação.

Nos primeiros anos da década de 1960 a linha conservadora dominou a educação. Isso implicou em dois tipos de escolas: uma que recebia grandes investimentos, tinha os melhores professores, funcionava em tempo integral, e outra que oferecia uma instrução mínima, que em um sistema educacional no qual predominava a ideologia burguesa significava condenar os estudantes a serem operários e camponeses dignos apenas de realizar o trabalho manual, deixando o trabalho intelectual apenas para os filhos da antiga burguesia nacional.

Nessa época, as escolas que tinham meio período dedicado ao estudo e meio período dedicado ao trabalho foram depreciadas pelos conservadores. A considerada boa educação passou a ser puramente escolar, livresca, seletiva, de influência keiroviana, ou seja, houve um retrocesso quanto as mudanças feitas por Mao que visavam uma educação revolucionária, que diminuísse as distâncias entre trabalho manual e trabalho intelectual, e portanto formasse os continuadores da revolução.

Com esse predomínio da linha conservadora mais de 45% dos estudantes eram de origem burguesa; a antiga mentalidade capitalista e burguesa ressurgia até mesmo nas comunas populares; a corrupção, o nepotismo e os desvios doutrinários cresceram; e a maioria da população perdeu o direito de decisão, que

estava novamente nas mãos dos altos quadros do partido, que centralizaram a administração.

Dessa forma pode-se dizer que a linha conservadora era elitista; privilegiava as escolas urbanas; dava preferência ao ingresso dos filhos da burguesia nas escolas e universidades, por considerá-los mais capacitados que os filhos dos operários e camponeses; era defensora dos exames seletivos para ingresso nas escolas, privilegiando aqueles que possuíam um nível cultural mais elevado; além disso, via a prática e a teoria como dois processos distintos; e, por fim, a educação deveria estar nas mãos dos especialistas que possuíssem anos de experiência em ensino e vários diplomas acumulados.

Já a linha revolucionária, defendida por Mao Zedong, acreditava que as massas deveriam ter participação efetiva no poder. Com isso defendia as escolas com meio período dedicado ao estudo e meio período ao trabalho; dava preferência aos estudantes de origem operária e camponesa; a educação deveria servir às necessidades de cada região do país; a região rural teria preferência, os diplomados nas cidades deveriam ir ao campo para auxiliar no que fosse preciso; muitos indivíduos do campo seriam escolhidos pelos próprios trabalhadores rurais para realizarem seus estudos nas cidades, de acordo com sua qualidade profissional e sua posição política. Era preciso combinar a gestão do governo com a iniciativa das comunidades locais, a fim de construir um aparelho escolar diversificado que se estendesse por todo o país; a direção central do partido deveria coexistir com as autoridades locais; os conteúdos programáticos deveriam ser determinados pela população local visando a melhor adaptação quanto às diversas regiões e suas respectivas necessidades. As escolas seriam diversas,

mas deveriam integrar teoria e prática, e na medida do possível as unidades de produção deveriam ter suas próprias escolas, e as escolas teriam suas pequenas fábricas e campo para plantação, visando combinar a educação em classe, o trabalho produtivo e a experiência científica²⁸.

Com esse contexto histórico marcado por grandes dificuldades econômicas, ruptura com a URSS, crise e divergências políticas, aumento das tendências capitalistas, principalmente no campo, adormecimento ideológico, Mao decidiu lançar outro movimento a fim de contornar a situação, e colocar a China na via socialista, eliminando as influências capitalistas e a possibilidade de revisionismo, fortalecendo a ideologia proletária, afinal “a eliminação do sistema de classes pela transformação socialista não significa o desaparecimento da luta a nível ideológico e político”²⁹.

Entre 1962 e 1966 ocorreu o Movimento de Educação Socialista³⁰, semelhante em alguns pontos com o movimento de 1957. O movimento atingiu principalmente o campo, sendo menor sua atuação nas cidades e fábricas, tendo a formação ideológica como objetivo principal.

Ao longo do movimento os objetivos a serem alcançados se modificaram: até 1963 a finalidade era introduzir reformas econômicas e transformações ideológicas; entre 1963 e 1964 o objetivo passou a ser a educação das massas para o coletivismo, combate às tendências capitalistas, implantação do trabalho

²⁸ TISSIER, Patrick. *Op. cit.*

²⁹ MAO apud VILTARD, Yves. *O sistema político chinês no Movimento de Educação Socialista*. Braga: Moraes editores, 1976, p. 19

³⁰ Mais uma vez temos um movimento que não se restringiu à educação escolar, mas atingiu a educação ideológica que ocorre em diversas esferas da vida social. O Movimento de Educação Socialista é fundamental para compreendermos o surgimento da Revolução Cultural.

manual entre os quadros, distinção entre público e privado e entre socialismo e capitalismo; já a partir de junho de 1964 a ação ideológica passou a ser fundamental, através da mobilização das massas e estudo das obras de Mao Zedong. Importante destacar que o termo “ideológico”, sempre presente ao longo do movimento, representa tanto os “instrumentos teóricos essenciais indicados por Mao Zedong, que conduzirão o Movimento, e por outro lado, o lugar privilegiado concedido à esfera ideológica de toda a população”³¹.

A experiência desse movimento foi uma retomada de princípios desenvolvidos em Yenan, quando Mao apresentou a necessidade de lançar um movimento dirigido por militantes locais, que atuassem junto aos camponeses e operários, de maneira a levar a ideologia comunista das mais diversas formas. Uma das maneiras encontrada foi a mobilização das massas na luta de classes, de forma a eliminar os indivíduos que pudessem constituir um novo grupo de pessoas que se favorecessem economicamente, possibilitando a formação de uma nova burguesia. Outra maneira foi o apoio incondicional à ação ideológica socialista, que pregava a necessidade de se educar os jovens, os quadros, as massas, os funcionários, os antigos quadros, ou seja, a necessidade da educação ideológica em todos os momentos da vida social, possibilitando neutralizar a influência capitalista e formar continuadores da luta revolucionária.

Houve também o incentivo aos quadros para que realizassem o trabalho manual, que possibilitaria a conscientização de que os quadros não estão acima das massas, mas são iguais a elas, além de facilitar a direção das massas, afinal,

³¹ VILTARD, Yves. *Op. cit.*, p.33

realizando o trabalho manual os quadros conheceriam a realidade vivida pela maioria.

O incentivo à junção dos estudos com o trabalho produtivo foi constante durante o Movimento de Educação Socialista, já que através dessa combinação os jovens teriam uma formação completa, a distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual se atenuaria, além de facilitar a realização da educação através das fábricas e das comunas populares.

O movimento buscou organizar e formar equipes de trabalho, que se unindo aos representantes dos camponeses pobres e médios pudessem organizar e mobilizar todos os camponeses, levando até eles os textos de Mao, que permitiam educar as massas no socialismo, coletivismo, patriotismo e internacionalismo. Além disso, se incentivou as críticas aos quadros corruptos ou “revisionistas”, delimitando uma linha divisória clara entre os amigos e os inimigos e possibilitando o controle dos quadros tanto por cima (através dos quadros superiores e dirigentes do partido) quanto por baixo (através do controle exercido pelas massas). As organizações de base do partido, as juventudes comunistas e outras associações também passaram por reorganizações, de maneira a se ajustarem às necessidades do Movimento de Educação Socialista.

Entretanto, a partir dos *Vinte e três pontos de Janeiro de 1965*, os quadros locais, que durante todo o movimento foram considerados imprescindíveis para o sucesso do socialismo, passaram a ser menos controlados, pois Mao percebeu que os pequenos desvios dos quadros locais não eram nada perto dos erros cometidos por alguns dirigentes. Nesse momento, os altos dirigentes se tornaram os alvos do movimento, afinal, mesmo pertencendo à alta cúpula do partido,

muitos enveredaram pela via capitalista. Nessa mudança de alvo, acompanhada pelo deslocamento do movimento do campo para as cidades, pode-se perceber o surgimento de premissas para a Revolução Cultural e motivos para o enfraquecimento do Movimento de Educação Socialista, que mesmo após quatro anos não conseguiu mobilizar suficientemente a população de maneira a romper com a burocracia existente no partido e na administração, o que já indicava a existência de uma nova e fortalecida burguesia.

Mao identificou o surgimento de uma nova burguesia que desviava a República Popular da China do caminho socialista, entretanto a tentativa de superar esse desvio através da educação ideológica empreendida nos anos de 1962 a 1966 foi frustrada, afinal, como nos mostra Del Rio

“o perigo principal não vinha tanto do restabelecimento do poder das velhas classes dominantes, mas da degeneração mesma do regime revolucionário, do crescimento de suas próprias insuficiências originais, do desenvolvimento de uma nova diferenciação e estratificação social alimentada pela separação entre sistema político e massas trabalhadoras, pelo tipo de hierarquização existente, pela divisão do trabalho (...)”³².

Como Mao acreditava que os grandes inimigos do empreendimento socialista eram aqueles que estavam no interior do partido, a Revolução Cultural surgiu como uma possibilidade para desencadear um movimento de massas que

³² RÍO, Eugenio. La teoría de la transición al comunismo em Maotsetung (1949 – 1969). Madri: Editorial Revolucion, 1981, p. 79

se opusesse ao aparelho partidário, corrompido pela via capitalista, além de ser um movimento que transformasse ideológica e culturalmente a China.

Em fins de 1965 a oposição entre as duas linhas (conservadora e revolucionária) se intensificou, e a Revolução Cultural foi a materialização de uma luta com constantes ofensivas. Assim, o período de 1966 a 1976 foi marcado por intensa luta ideológica, com transformações culturais, políticas, e conseqüentemente, com várias mudanças no sistema educacional.

Por trás da aparente revolução apenas no âmbito da superestrutura (esfera da cultura, educação, ideologia), ou até mesmo de uma luta entre linhas ideológicas, o que tivemos na Revolução Cultural foi uma tentativa de superar as relações de produção capitalistas, através da revolucionarização e transformação dessas em relações comunistas, ou seja, delegando ao proletariado o controle efetivo do processo de produção e reprodução, eliminando a separação entre trabalhador direto e meios de produção, superando a divisão entre o trabalho manual e intelectual, e a divisão entre tarefas de direção e de execução no processo de trabalho³³.

É nesse contexto que examinaremos as mudanças educacionais ocorridas, afinal, intrínseca a essas mudanças estava a necessidade de superar a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, já que a transformação nas relações de produção (objetivo específico da Revolução Cultural) dependeria, em certa

³³ cf. TURCHETTO, Maria. "As características específicas da transição ao comunismo", in NAVES, Márcio B. (org). *Análise marxista e sociedade de transição*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.
LA GRASSA, Gianfranco. *Valore e formazione sociale*. Roma: Riuniti, 1975.

medida, da superação da divisão social do trabalho, que o próprio sistema educacional e as práticas pedagógicas reproduziam.

Capítulo 2: REVOLUÇÃO CULTURAL E TRANSFORMAÇÕES NO ENSINO

Desde os *23 pontos de janeiro de 1965*, Mao Zedong já identificava a necessidade de agir contra a linha conservadora que, ocupando cargos importantes no Estado e no Partido (como, por exemplo, Liu Shaoqi, presidente da República e vice-presidente do Partido), oferecia risco à consolidação e sucesso da sociedade socialista, além de permitir o desenvolvimento de uma nova burguesia e fortalecimento de idéias capitalistas.

A primeira tentativa de Mao a fim de iniciar um novo movimento capaz de abalar o poder da linha conservadora foi frustrada, pois Mao levou a idéia ao Bureau Político, que aprovou o movimento, mas encarregou membros da linha conservadora de redigir um documento base. Logo, o principal alvo de ataque era o responsável por dar início ao movimento, que acabou antes mesmo de começar³⁴.

Dessa forma, Mao decidiu partir para o ataque indireto. Encomendou a Yao Wenyou uma crítica da peça de teatro “A destituição de Hai Rui” de Wu Han, que era vice-prefeito de Pequim. Aparentemente, era uma discussão acadêmica referente à literatura e às artes, mas por detrás disso havia a questão política que Mao incentivou, buscando:

“desencadear um movimento de massas suficientemente forte para se opor a uma parte considerável do aparelho partidário, que ele avaliava como

³⁴ ORTIZ, Javier. “Sobre la lucha de líneas en la República Popular China”. In: *El Carabo*, n. 15, 1980.

tendo abandonado as posições socialistas e revolucionárias; (...) [e] promover uma profunda transformação ideológica e cultural na China”³⁵.

A tática de lançar o movimento por vias indiretas como a crítica literária, era proveniente da crença de Mao de que não é conveniente atacar o inimigo de frente, sendo mais prudente deixá-lo avançar, aparecer, para depois contratacar.

Talvez essa tática de guerrilha aplicada à política tenha orientado Mao a permitir que o primeiro grupo de coordenação da Revolução Cultural – o Grupo dos Cinco – fosse formado em sua maioria por representantes da linha conservadora. Mao acreditava que, permitindo a ação desse grupo em um movimento que lhe era contrário, seria fácil que seus membros caíssem em contradição e reconhecessem a sua postura política³⁶. O Grupo dos Cinco tentou algumas manobras políticas para conter o movimento, entretanto a tentativa foi fracassada e os membros foram destituídos das suas posições nos órgãos de Pequim. O conflito interno no partido foi acirrado, e o que antes era um problema interno se tornou uma questão pública.

O Comitê Central do Partido apresentou em 16 de maio de 1966 uma circular redigida por Mao Zedong, que refutava em dez pontos o Informe de Fevereiro feito por Peng Cheng (participante do Grupo dos Cinco). Esse foi o principal documento da primeira fase da revolução cultural.

³⁵ NAVES, Márcio B. *Mao: O processo da revolução*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2005., p. 74

³⁶ DAUBIER, Jean. *Historia de La Revolución Cultural Proletaria en China*. México D.F.: Siglo XXI Editores, 1972.

A circular de 16 de maio acusava o informe de fevereiro de proteger a direita burguesa e de preparar a opinião pública para a restauração da burguesia, e por isso a circular incentivava a crítica aos que estavam no Partido, no Governo e no exército, mas que eram partidários da burguesia. Em outras palavras: era necessário reconhecer que a luta de classes continuava e que a burguesia detinha o poder.

A partir desse incentivo à mobilização das massas na crítica e reconhecimento de inimigos do proletariado, diversas ações começaram a surgir.

Em 25 de maio de 1966 na Universidade de Pequim foi afixado o primeiro *dazibao*, um mural que apresentava a opinião pública, publicava denúncias contra quadros do partido, além de incentivar a mobilização das massas. Os *dazibaos* foram elementos importantes durante todo o transcorrer da revolução cultural, estando presente nas universidades, colégios, fábricas e outros locais públicos.

Os *dazibaos* também apresentavam muitas críticas e condenações ao sistema pedagógico vigente, aos exames de seleção, aos professores que não eram partidários da causa proletária, além de crítica aos reitores e colegas de classe.

Nesse momento, a necessidade de uma mudança no ensino já era vista como uma questão essencial a ser resolvida pela revolução cultural. Numerosas críticas eram feitas ao sistema escolar que, apesar de ter realizado algumas modificações, ainda conservava em sua essência a fórmula e os métodos da burguesia.

Em uma conferência do ensino superior em 12 de abril, já havia sido posta a necessidade de colocar a política em primeiro plano. Os alunos declararam que

o ensino como vinha sendo praticado estava separado da realidade; os estudantes se encontravam distante da vida das massas e não tinham contato com a prática política e científica, nem com a produção. Além disso, denunciaram que os filhos dos antigos burgueses gozavam de maior respeito que os filhos dos operários e dos camponeses; os exames de seleção eram de estilo burguês, favorecendo a formação de “novos mandarins da cultura” e não servidores do povo. Ou seja, a educação era extremamente marcada por vestígios do passado.

Os estudantes de nível médio escreveram uma carta ao Comitê Central exigindo mudanças, pois o ensino que eles tinham aumentava a diferença entre trabalho manual e trabalho intelectual, operários e camponeses, cidade e campo, tudo o que era contrário ao socialismo, que deveria reduzir as desigualdades.

Logo em seguida, o Comitê Central do Partido Comunista Chinês publicou uma decisão sobre a reforma nos exames de seleção para a entrada e admissão de estudantes nos estabelecimentos de ensino superior. A mudança nas regras foi vista como imprescindível, entretanto era preciso um prazo para que fosse posta em prática a nova seleção.

Juntamente com a necessidade de um prazo para realizar as alterações previstas, os descontentamentos dos jovens com os rumos que tomava a educação fizeram com que o governo determinasse o fechamento das escolas a partir de 13 de junho de 1966 até o final do segundo período letivo do ano.

Em 1966, uma série de críticas à educação como vinha sendo praticada se consolidou e foi incorporada por parte das massas, como nos mostra Carlos Castillo Rios:

“1. Ao avaliar o rendimento escolar exclusivamente mediante notas numéricas que julgam o conhecimento teórico, a escola coloca em primeiro lugar a inteligência do aluno. Em outras palavras: só se leva em conta a capacidade do aluno em reter informações culturais. A escola informa, instrui, mas não educa.

2. A organização escolar separa os alunos dos trabalhadores. É uma escola que cultiva o intelecto, consome informações, mas não produz nada.

3. A escola frente ao trabalhador tem duas atitudes: ou o transforma aburguesando-o, ou o rejeita. Tudo isso em um país como a China, que requer alto índice de produtividade, para elevar o nível de vida do povo.

4. Indiferente à realidade chinesa, a escola, sem nenhuma sensibilidade proletária, forma intelectuais, dirigentes e especialistas que mais tarde governarão em nome do povo e em seu lugar.

5. Graças ao domínio cultural e especialmente por intermédio da educação, se pretende retornar o poder político da burguesia a fim de submeter o proletariado à repressão e à dominação.

6. Os centros educativos se baseiam exclusivamente em ‘livros mortos’. Patrocinam a propriedade privada do conhecimento com o objetivo de criar privilegiados e dar-lhes posições de liderança e reconhecimento.

7. A educação é hipocritamente apolítica, pois tendo em vista a recuperação do poder por parte dos nobres intelectuais egressos das universidades, tem propósitos políticos ocultos: aspira à restauração dos valores burgueses e quer converter a China em um país revisionista, pró-capitalista e anti-proletário.

8. Os estudantes provenientes de famílias operárias ou camponesas agem como tais durante o primeiro ano de estudos. No segundo, começam a

buscar a comodidade, o conforto, e no terceiro ano não se recordam de seus pais, e às vezes até os repudiam.”³⁷

Essas críticas, feitas pelos estudantes e operários, demonstraram a conscientização alcançada com relação aos mecanismos educacionais que permitiam o surgimento de uma nova burguesia, impedindo o sucesso da ditadura do proletariado. Diferente do que havia ocorrido em movimentos anteriores, nos quais as críticas provinham dos altos quadros, dos intelectuais revolucionários ou mesmo de Mao Zedong, na Revolução Cultural a crítica proveniente da massa se consolidou, e a partir dela foi necessário a real transformação da instituição escolar.

Essas críticas possibilitaram a reflexão sobre o verdadeiro papel da escola, explicitado por Mao:

“As escolas devem possibilitar aos alunos os meios de adquirir os conhecimentos gerais que permitem o desenvolvimento de suas capacidades técnicas; as escolas devem também ser um local de crítica da burguesia e de idéias não marxistas (...). Todo trabalho no interior das escolas tem como objetivo a transformação ideológica dos alunos. (...) A educação de classe, a educação e o trabalho do partido devem ser reforçados”³⁸.

³⁷ RÍOS, Carlos Castillo. *La Educación en China*. Buenos Aires: Búsqueda, 1973, p. 27

³⁸ MAO apud TISSIER, Patrick. *L'éducation en Chine Populaire*. Paris : François Maspero, 1978, p. 92

Ainda em 1966 ocorreu a 11ª sessão plenária do Comitê Central do Partido Comunista, convocada pelos maoístas com o objetivo de condenar os grupos de trabalho e enfraquecer as posições de Liu Shaoqi e Deng Xiaoping. Como resultado da sessão dois documentos foram divulgados: *Comunicado da 11ª Sessão e Resolução do Comitê Central do Partido Comunista Chinês sobre a Grande Revolução Cultural Proletária*, que ficou conhecida como *Resolução em 16 pontos*.

O primeiro documento expressava a necessidade da mobilização das massas e o apoio delas na realização do movimento, além de explicitar os objetivos da Revolução Cultural, que eram: “consolidar a ditadura do proletariado e o sistema socialista; evitar uma usurpação revisionista da direção do Partido e do Estado; prevenir a restauração capitalista”³⁹.

Já a *Resolução em 16 pontos*, que viria a ser considerada como o documento que marca a divisão entre a fase inicial da revolução e a posterior, condena a atividade dos grupos de trabalho, faz um balanço do movimento até o momento, e o mais importante, apresenta orientações detalhadas quanto ao futuro da revolução.

Em linhas gerais, o documento afirma que a revolução deve identificar e destituir elementos que seguem a via capitalista e a ideologia burguesa; é preciso confiar na ação das massas, que são os órgãos do poder da revolução; o movimento deve se estender até as fábricas; deve haver unidade entre as massas e os quadros; a luta deve se desenvolver sem violência.

O décimo ponto do documento se refere à reforma educacional:

³⁹ NAVES, Márcio B. *Mao: O processo da revolução*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2005, p. 84

“É uma tarefa de suma importância na grande revolução cultural proletária transformar o antigo sistema educacional e os antigos princípios e métodos de ensino. Na grande revolução cultural é preciso acabar totalmente com a dominação dos intelectuais sobre os nossos centros docentes. A política formulada pelo líder Mao Zedong, de que o ensino deve servir à política proletária e combinar-se com o trabalho produtivo, tem que ser aplicada em todos os tipos de escolas, para que todos os que recebem a educação se desenvolvam moral, intelectual e fisicamente, e cheguem a ser trabalhadores cultos e com consciência socialista. O período de estudo deve diminuir. Os programas devem ser menores. O material de ensino deve ser totalmente transformado, em alguns casos começando por simplificar o material que é complicado. A tarefa principal dos estudantes é estudar, mas devem também aprender outras coisas. Isto é, não apenas devem estudar os livros, mas aprender o trabalho industrial, a agricultura e os assuntos militares e, quando for possível, fazer parte da luta da revolução cultural para criticar a burguesia.”⁴⁰

Como veremos, a reabertura das escolas e sua reorganização, a partir de 1967, será guiada principalmente por esse décimo ponto da resolução, que apresenta as principais mudanças que deveriam ocorrer no sistema educacional, de forma a propiciar a consolidação de uma educação socialista, que visasse à diminuição das desigualdades e o rompimento com os padrões burgueses e capitalistas de ensino.

⁴⁰ DAUBIER, Jean. *Historia de La Revolución Cultural Proletaria en China*. México D.F.: Siglo XXI Editores, 1972, p. 410

Uma das conseqüências principais da 11ª sessão plenária foi a aparição da Guarda Vermelha, formada por milhões de jovens estudantes do ensino médio ou do ensino superior oriundos de famílias operárias ou camponesas, que criaram grupos revolucionários no interior das escolas e algumas fábricas. Os guardas vermelhos organizaram seções agrupadas em destacamentos, em escala provincial e municipal, estabelecendo “quartéis gerais”; apesar das nomenclaturas não era uma organização de tipo militar, e eles nunca tiveram permissão para o porte de armas.

A atuação da Guarda Vermelha foi fundamental para a Revolução Cultural, na medida em que ela tinha a função de aumentar o número de participantes voluntários no movimento. A propaganda política, o incentivo à Revolução, foram acompanhados de muita revolta, incentivando as ações contra os ideais e representantes burgueses. Nas palavras de Daubier, os guardas vermelhos foram “o fermento ideal para sublevar a sociedade que corria o risco de esclerose, em virtude da falta de controvérsias internas”⁴¹, e conseguiram levar o movimento para os lugares mais afastados dos centros políticos do país.

Dessa forma, a população estava convidada a expressar livremente suas opiniões sobre a atividade dos quadros locais, dos órgãos centrais do partido, além de possibilitar a denúncia dos abusos burocráticos e inibir a atividade oposicionista.

No interior das fábricas também houve o incentivo à crítica, e do esforço em estreitar as relações entre os guardas vermelhos e os operários se desenvolveu organizações operárias de massas, semelhantes à guarda vermelha.

⁴¹ DAUBIER, Jean. *Op. cit.*, p.116

Ao mesmo tempo, grupos representantes da direita, da linha conservadora, também agiam na tentativa de exterminar o movimento, atingindo os guardas vermelhos, e acirrando a disputa política entre as duas linhas do partido.

Entre janeiro e fevereiro de 1967, ocorreu o episódio conhecido como a Comuna de Xangai. Nessa cidade, estava mobilizado um grande número de operários e estudantes que reivindicavam o poder local, que se encontrava nas mãos de representantes da antiga burguesia, que tentavam impedir o avanço do movimento revolucionário.

Com muita luta, os operários e estudantes conseguiram a transferência de poder e a criação de novos órgãos, que passaram ao poder das massas. A comuna foi proclamada em 5 de fevereiro, sobrevivendo até 24 de fevereiro, quando foi substituída por um Comitê Revolucionário. A análise desse fenômeno nos possibilita compreender os limites da revolução cultural, e até mesmo do maoísmo, como analisa Naves:

“Não se tratou de uma simples mudança de nome mas de um recuo de importância decisiva, tanto teórica como política. Determinada por Mao e pela direção maoísta, essa mudança revelou os limites da revolução cultural e do próprio maoísmo. Na justificativa que Mao apresentou para a sua atitude, além de razões secundárias ou pouco relevantes, aparece a razão de fundo: ‘se o sistema de Comunas se generalizasse’, pergunta Mao, ‘o que seria do Partido?; não haveria mais um núcleo dirigente?; isso não acarretaria uma mudança no sistema político?’. A vacilação de Mao

aparece aqui de modo extremamente claro na recusa em aceitar a constituição de uma forma política de exercício do poder diretamente pelas massas, do que resultaria o controle por parte delas do aparelho estatal e de seus funcionários, como uma etapa do processo de extinção do próprio Estado. ⁴²

Essa interpretação do fato ocorrido demonstra a dificuldade de Mao em aceitar a transferência plena do poder para as massas, o que seria fundamental para a constituição de um estágio avançado do socialismo, e parte do instrumental necessário para a consolidação do comunismo. É possível compreender nesse momento, que a Revolução Cultural não busca possibilitar às massas o controle político, o que ela busca é o apoio das massas, para consolidação do poder da linha revolucionária. É um limite importante que impediu um possível avanço da experiência histórica chinesa rumo ao comunismo.

A partir desse episódio, o medo de novas ocorrências como a Comuna de Xangai fez com que Mao decidisse pela intervenção do Exército Popular de Libertação a partir de janeiro de 1967. Os militares passaram a controlar as fábricas, a administrar algumas províncias, reorganizaram equipes de produção nas comunas rurais, ou seja, eles tiraram o poder das massas de controlar algumas instâncias. Em março de 1967, os militares passam a intervir nos centros educacionais, promovendo a reabertura das escolas, fechadas desde 1966. Essa medida tomada pela direção da Revolução Cultural marca uma nova fase do movimento, com importantes recuos em relação às mudanças sociais e políticas

⁴² NAVES, Márcio B. *Op. cit.*, p. 90

necessárias. Nesse momento, houve também a volta de quadros destituídos pelas massas.

Essa nova etapa da Revolução Cultural, a partir de 1967, é marcada pelo chamado sistema de Tríplice Aliança, no qual os escolhidos pelas massas, mais os militares e antigos quadros se unem para a constituição de Comitês Revolucionários, que impediam o real acesso das massas ao poder, além de representar um compromisso com a direita, com os conservadores. É notório, a partir do final de 1967, o restabelecimento da autoridade do partido, com pouca participação popular, que foi substituída pelos antigos quadros e por militares.

Em 1968 o número de comitês revolucionários se multiplica, e a luta entre as frações do interior do partido se intensifica. Nesse ano, acontecem incidentes violentos provocados pelos guardas vermelhos e rebeldes revolucionários como decorrência da intensificação do sentimento antidireitista. A luta nas universidades é uma constante, e para controlá-las, o governo enviou as chamadas “equipes de propaganda”, no intuito de controlar qualquer tarefa de luta, crítica ou transformação, que estava sendo dominada pela luta armada promovida por diversos estudantes.

A questão da revolução no ensino começou a ganhar relevância pelo fato de Mao ter admitido a necessidade da intervenção dos operários no interior das escolas, já que contando apenas com os estudantes e professores a revolução no ensino ainda não havia alcançado alguns dos objetivos colocados na *Resolução de 16 pontos*.

O IX Congresso do Partido Comunista Chinês ocorrido entre 1 e 24 de abril de 1969, apesar de não declarar o fim da Revolução Cultural, é considerado por muitos autores o marco final do movimento, com a expulsão de Liu Shaoqi do Partido, com um balanço das experiências da Revolução Cultural e da luta histórica entre as frações do Partido, além da modificação dos estatutos do Partido e a eleição do novo Comitê Central.

O novo estatuto criado no IX Congresso reafirma a necessidade de todas as organizações e movimentos sociais estarem submetidos à direção do Partido, numa clara defesa do poder centralizado e longe das massas, o que novamente mostra os limites desse movimento.

Apesar de 1969 ser visto como o fim da Revolução Cultural, para compreendermos as mudanças educacionais promovidas pelo movimento revolucionário é preciso analisar o período até 1976, já que foi principalmente na década de 1970 que as mudanças foram mais perceptíveis, e não analisar essa década seria insuficiente para compreender os objetivos colocados por esse trabalho, ou seja, as mudanças no interior da escola e sua relação com a superação da divisão social do trabalho.

A Reabertura das escolas e a revolução educacional (1967-1976)

Após a decisão de fechar as escolas em 1966, para que fosse possível a modificação do sistema escolar até então vigente, somente ao final do ano de 1967 (em 26 de novembro) Mao lançou um apelo para que fosse feita a reabertura

das escolas dos diversos níveis, além do incentivo à participação dos estudantes e professores no que dizia respeito a um programa que explicitasse as reformas concretas a serem feitas a partir daquele momento.

Foi difícil a volta dos professores ao estabelecimento escolar, pois muitos haviam sido acusados de burgueses e defensores da antiga educação elitista. Os professores que voltaram às escolas se questionavam quanto ao método de ensino a ser utilizado, os livros, os conteúdos, e etc, já que a reabertura das escolas foi feita como uma maneira de fazer a revolução avançar, necessitando para isso de radicais mudanças na estrutura escolar, porém essas mudanças ainda não estavam determinadas. Sabia-se que era preciso eliminar e condenar a educação elitista, os exames de seleção discriminatórios, os antigos materiais de ensino que iam contra a ideologia proletária, o antigo currículo, entretanto não havia novos materiais, novos livros, novos métodos. A mudança era necessária, mas não sabiam por onde e de que forma começar.

A reabertura das escolas ocorreu de maneira lenta, sendo que nos primeiros meses as crianças ficavam somente uma ou duas horas nas escolas, apenas estudando citações do líder Mao Zedong, ou participando do treinamento militar. A ausência de um novo currículo definido, ou de um novo método, impossibilitava o trabalho dos professores, que temiam adotar alguma dinâmica em sala de aula e serem condenados por utilizarem métodos burgueses.

Apesar das dificuldades iniciais enfrentadas, aos poucos um novo programa curricular, e novos métodos de ensino foram sendo desenvolvidos, possibilitando um retorno à normalidade nas escolas.

A partir de 1969, a revolução educacional começou a ter melhor definição, com programas e orientações mais detalhadas. O comitê revolucionário da província de Kirin propôs um programa para as escolas primárias e secundárias, e apesar de não ser uma diretiva oficial, e na ausência de um programa oficial, a proposta de Kirin foi adotada em diversas escolas de outras regiões.

O programa defendia que a reabertura das escolas deveria possibilitar uma direção socialista nas escolas, ou seja, os pobres e médios camponeses sob a liderança do Partido Comunista Chinês deveriam comandar as escolas (novamente o sistema *min-pan*, já apresentado no primeiro capítulo), fazendo com que essas servissem à política e à produção, inserindo os alunos na luta de classe, além de formar os continuadores da causa revolucionária socialista. A idéia já presente desde o Grande Salto Adiante, na qual a escola deveria servir às necessidades locais é retomada, assim como a escolha pelo método de ensino ou por determinado material deveria ser baseada nas características do meio em que a escola estava inserida.

Como na China as marcas da sociedade tradicional baseada na ideologia confuciana ainda estavam presentes, para que realmente fossem possíveis as transformações na educação não bastava estabelecer um novo aparelho escolar, nem generalizar a escola para formar um novo homem, era necessário que o processo educacional superasse os muros das instituições e atingissem a sociedade. A política proletária deveria guiar todas as atividades escolares, e mais que isso, teria que ser ininterrupta, auxiliando constantemente os jovens na incorporação da ideologia proletária.

A educação deveria estar totalmente destinada ao povo chinês e a sua revolução social, e tudo aquilo que escapasse desse objetivo era visto como não necessário. A educação para manter a revolução precisava ser fundamentalmente política.

Não se buscava através do ensino apenas impulsionar a produção a fim de alcançar o desenvolvimento econômico e social, nem tampouco a conversão da propriedade privada em propriedade coletiva, se tratava de oferecer uma nova visão de mundo, afinal era preciso que antes de se solidificar um sistema de produção socialista, ou instituir uma nova lógica social, que mudanças fossem feitas na superestrutura, pois caso contrário um retorno ao capitalismo seria evidente.

Dessa forma, a educação política assumiu uma grande importância, estando presente no ensino regular, mas também no interior de fábricas, comuna, e outros locais, com o intuito de promover o estudo das idéias de Marx, Lênin e de Mao Zedong, assim como incentivar o conhecimento da realidade político-social chinesa, além de se aplicar a linha de massas e a participação político-social. A linha de massas significava que “tudo devia partir das massas e retornar às massas”, ou seja, as escolas estavam a serviço da comunidade, e por isso tomavam a forma e a função que as massas determinavam.

Como a educação política não estava restrita às crianças e aos jovens em idade escolar, a partir da *Diretiva de 7 de maio de 1966* foram criadas escolas para quadros e funcionários públicos. São as *Escolas de Quadros 7 de maio*.

A *Diretiva de 7 de maio* é considerada por diversos autores um dos mais importantes documentos de Mao Zedong sobre a educação, e por isso iremos transcrever alguns dos pontos mais significativos:

“O exército popular de libertação deve ser uma grande escola. Nele os soldados devem receber formação política, militar e cultural; devem participar da produção agrícola e atividades anexas; devem dirigir as fábricas de pequena e média importância; devem fabricar os produtos necessários para sua subsistência e trocá-los, sem se beneficiar, por intermédio do Estado. Devem também participar ativamente da educação socialista que se realiza nas fábricas e comunas populares.

Uma vez que tenham adquirido plena consciência socialista, o exército deve participar organicamente na vida e necessidades das massas. Deve combater a favor da Revolução Cultural e criticar a burguesia cada vez que seja preciso.

O exército deve associar o estudo teórico à prática do trabalho agrícola e industrial e a politização das massas. Cada unidade do exército deve exercer sua autoridade em um ou dois destes campos. Não devem trabalhar, ao mesmo tempo, nos três. Assim, o exército cumprirá uma função mais importante.

Os operários devem consagrar-se de preferência a produção industrial e formar-se no plano militar, político e cultural. Devem, como o exército, participar do movimento de educação socialista e criticar a burguesia. Onde as condições o permitam, devem se dedicar à produção agrícola auxiliar.

Os camponeses das comunas devem se dedicar, antes de tudo, à produção agrícola. Porém não devem descuidar de seu treinamento militar, educativo e cultural. Onde as condições o permitam, devem criar pequenas fábricas. Devem, igualmente, criticar a burguesia.

Os estudantes, se dedicando principalmente aos estudos, devem adquirir conhecimento e experiência no campo industrial, agrícola e militar. Devem também criticar a burguesia e, além disso, promover a revolução na educação.

O tempo de escolaridade deve diminuir. Os intelectuais burgueses não devem dominar as escolas.

Quando as condições permitirem, os trabalhadores do setor comercial, encarregados de serviços administrativos, quadros do partido e membros do governo, devem fazer o mesmo.

Retornar ao trabalho manual de base é, para todos os dirigentes que ocupam os postos mais elevados, uma excelente ocasião para voltar a aprender. Com a exceção de pessoas de idade e enfermas, o trabalho manual deve ser praticado por todos.

As pessoas chamadas a ocupar um posto de direção devem, igualmente, em seu tempo e grupo, trabalhar na base e com suas mãos.”⁴³

Após a divulgação dessa diretiva, a primeira consequência foi a mudança do exército, que deixou de ser um organismo técnico e apolítico para se converter em uma força capaz de participar da vida cultural e política do país. Além disso, como a diretiva também dava instruções aos operários e camponeses, esses

⁴³ CHEN, Theodore Hsi-en. *The Maoist Educational Revolution*. Nova Iorque: Praeger publishers, 1974, p. 233

também se dedicaram ao aprendizado militar, rompendo com a especialização excludente, buscando uma verdadeira unificação nacional, em que todos compartilham o estudo do marxismo, leninismo e maoísmo, e têm consciência da importância de seu trabalho para a revolução socialista.

Para se cumprir as ordens da diretiva, a partir de 1968 foram criadas as Escolas de Quadros 7 de maio, evitando o fortalecimento de uma nova classe privilegiada de dirigentes e de hábitos burgueses, constituindo um verdadeiro aporte para a revolucionarização das classes dirigentes.

Em pouco tempo surgiram centenas de escolas desse tipo, e a oportunidade de estudar nessas instituições era aguardada por milhares de dirigentes, que ficavam esperando a chance de participar da reeducação. Em grande parte dessas instituições o regime era de internato, tendo o aluno a cada quinze dias a oportunidade de visitar seus familiares. Com uma vida de sacrifícios, esperava-se que as pessoas que ocupavam os altos cargos revisassem sua concepção de mundo, firmando um compromisso político com o proletariado, diminuindo o perigo de altos quadros se desligarem das massas, perdendo a modéstia e a austeridade.

O intuito era permitir com que todos os quadros passassem pelas escolas 7 de maio, na qual teriam a oportunidade de realizar estudos políticos, participar do trabalho produtivo nas fábricas e nos campos, e como consequência dessa combinação de estudo e trabalho, inevitavelmente passariam por uma remodelação ideológica, que os uniriam às massas.

Depois da constituição das Escolas de quadros 7 de maio, surgiram diversos órgãos inspirados na diretiva de 7 de maio: escola experimental 7 de

maio, escolas agrícolas 7 de maio, comunas 7 de maio, equipes de produção 7 de maio, fábricas 7 de maio, escolas secundárias 7 de maio, universidades 7 de maio, etc. Fica evidente que as instruções dadas na diretiva foram incorporadas de diversas maneiras pela população, numa evidente tentativa de valorizar a ideologia proletária, eliminar as especializações, combinar estudo e trabalho produtivo como meio para fortalecer a revolução socialista.

As escolas agrícolas 7 de maio ofereciam três cursos: o regular, para os quadros das comunas e das brigadas e para os técnicos agrícolas das equipes de produção; o curso de curta duração, que visava satisfazer as necessidades locais urgentes através de novas técnicas ensinadas; e os cursos para os jovens instaladas nas zonas rurais que tinham mais de um ano de experiência nessas localidades. As diversas escolas 7 de maio mostravam o novo tipo de educação, que era voltado para toda a sociedade e visava atender as mais diversas necessidades.

As Escolas 7 de maio ficaram encarregadas de dar consciência proletária e educar para o trabalho manual os altos funcionários, os militares de alta graduação, os cientistas notáveis, os políticos e os profissionais de maior importância dentro do regime.

Ao lado da educação dos quadros realizada por essas escolas, a educação de adultos foi vista como de grande importância pelos membros dos comitês revolucionários e do Partido.

A educação de adultos envolvia três grandes metas: o extermínio do analfabetismo, o ensino de conhecimentos técnicos e ocupacionais e a educação político-ideológica. Para facilitar o extermínio do analfabetismo, foi feita uma

grande reforma na língua chinesa, com simplificação dos caracteres (*hai zi*), o que tornava mais fácil a identificação e a compreensão do que estava escrito, além da facilidade para escrever.

A educação político-ideológica foi praticada em maior número, já que os meios de comunicação e as fábricas auxiliavam nessa meta, não ficando restrita à instituição escolar. Além disso, quadros administrativos, militares, jovens, operários e camponeses eram convocados pelo partido para auxiliarem na criação de grupos de estudos filosóficos e políticos, que visavam familiarizar todas as massas com o linguajar revolucionário e materialista-dialético.

As escolas em tempo livre, principalmente no período noturno, se multiplicaram após 1968, já que elas se constituíram no maior veículo para a educação de adultos, letramento, remodelamento ideológico. Outras escolas de tempo livre, como as que funcionavam durante a primavera, nas áreas rurais, ou as que eram dirigidas por camponeses e operários foram fundamentais na difusão do ensino. Segundo o ministério da educação⁴⁴ em um único ano foram atendidos nas escolas em tempo livre mais de 37.560.000 operários e 130.000.000 camponeses.

A maioria dessas escolas era estabelecida pelas fábricas (mais de 80% das fábricas criaram escolas em tempo livre), empresas e por escolas e universidades de tempo integral, que disponibilizavam seus alunos para o ensino de adultos analfabetos. Além de alfabetizar os adultos, o que corresponderia ao ensino fundamental, havia também escolas de ensino médio e superior, numa clara tentativa de incentivar os adultos para que continuassem seus estudos. O ensino

⁴⁴ CHEN, Theodore Hsi-em. *Op. Cit.*

superior oferecia cursos em tecnologia (operação de máquinas, eletrônica, química industrial, técnicas agrícolas) e também educação política, com estudos mais aprofundados sobre marxismo, possibilitando o desenvolvimento de homens com consciência revolucionária e com domínio da técnica.

Apesar do aparelho escolar chinês ser caracterizado por uma grande diversidade, com estabelecimentos habituais de ensino superior, médio e fundamental, além dos novos tipos de estabelecimentos criados pelas fábricas, pelos camponeses, com escolas de meio período dedicado ao estudo e meio período ao trabalho, é na mudança do ensino de crianças e jovens (da pré-escola à universidade) que identificamos interessantes modificações no intuito de se superar a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Os novos estabelecimentos, que começaram a se desenvolver a partir do Grande Salto Adiante, refletem a importância dada pelo governo central a uma necessidade de revolução no ensino tradicional, que se consolida na Revolução Cultural.

É no final da década de 1960 e nos primeiros anos da década de 1970 que se consolida uma mudança fundamental na instituição escolar: a ligação entre a teoria e a prática, desenvolvida a partir da idéia de Mao de prática-teoria-prática em contraposição ao ensino tradicional burguês marcado por teoria-prática-teoria. Além disso, o princípio “quantidade, rapidez, qualidade, economia” também passa a ser aplicado na educação, o que ocasiona uma redução nos anos dedicados à escola, o desenvolvimento da gerência do aparelho escolar por parte da população local, a formação pedagógica e política dos professores orientados pela filosofia proletária, além de uma baixa despesa do governo com a educação.

Outra mudança importante foi que todos os estabelecimentos escolares passaram a ficar sob direção do comitê do partido que gerenciava a administração local, além da presença das equipes de propaganda, responsáveis pela educação ideológica e política. Enfim, todas essas mudanças buscavam possibilitar um real controle do aparelho educacional por parte dos operários, permitindo uma educação voltada para as necessidades locais e para a educação política, através de uma nova pedagogia que possibilitasse a formação de jovens para a continuação da revolução, além da formação de trabalhadores conscientes capazes de edificar e construir uma nova sociedade.

O ensino é um campo decisivo de luta entre o proletariado e a burguesia, e por esse motivo assume papel fundamental durante a transição socialista, já que a princípio a educação está nas mãos da burguesia, que mantém sob seu controle os meios de reprodução capitalista da sociedade, o que permitiria o surgimento e consolidação de uma nova classe burguesa. A burguesia tenta a qualquer custo manter o aparelho escolar como um instrumento privilegiado para difundir sua ideologia e reconquistar um lugar importante na sociedade, por isso a revolução educacional encontra diversos obstáculos, e depende de uma grande dedicação dos operários, camponeses, jovens, militares, para ser bem sucedida.

Nesse sentido, vemos a existência de um compromisso educativo, que ocorre tanto entre a burguesia quanto entre o proletariado, ou seja, a educação é uma instância social, que permite a manutenção da ordem social vigente, mas que também pode se converter em um instrumento valioso nas mãos daqueles que desejam mudanças:

“para a burguesia, trata-se de perpetuar o próprio domínio técnico e sociopolítico mediante a formação de figuras profissionais capazes e impregnadas de espírito burguês, de desejo de ordem e de espírito produtivo; para o povo, de operar uma emancipação das classes inferiores mediante a difusão da educação, isto é, mediante a libertação da mente e da consciência para chegar à libertação política”⁴⁵

Fica clara a noção que já havia sido desenvolvida por Marx, na qual a educação assume claramente um caráter de classe:

“Pode-se falar em educação universal, educação democrática, ou mesmo educação pública, mas a questão sobre quem vai à escola e a quem a escola primeiramente serve é uma questão que deve ser encarada. Marx claramente defende sua visão quando ele enfatiza que nunca poderá ser uma educação ‘universal’ ou ‘livre’ enquanto as classes sociais continuarem a existir. A educação política e a prática sempre irão favorecer uma classe e não outra e, é claro, na sociedade democrática do Ocidente essa classe, para Marx, é a burguesia”⁴⁶

No caso aqui estudado, percebemos que o aparelho escolar no período anterior à Revolução Cultural ainda servia aos interesses capitalistas, permitindo a perpetuação da divisão social do trabalho, de forma a assegurar o poder da burguesia, que detinha o conhecimento teórico, e se distanciava do trabalho

⁴⁵ LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs.). *Marxismo e Educação: debates contemporâneos*. Campinas: Editora Autores Associados, 2005, p. 6

⁴⁶ HAWKINS, John. *Mao Tse-Tung and Education*. Hamden: The Shoe String Press, 1974, p. 11

manual. Para melhor compreendermos as transformações sofridas no aparelho escolar veremos adiante detalhadamente as mudanças operadas.

EDUCAÇÃO POLÍTICA

Conforme apresentado no capítulo 1, muitas das idéias pedagógicas de Mao, presentes em seus escritos desde 1919, defendiam a noção de que educação não se limita somente ao período em que a criança freqüenta a escola, mas dura a vida toda. A educação não é uma responsabilidade apenas da família (pais, avós, tios), mas é uma responsabilidade social, de todos os indivíduos; a formação para a auto-disciplina e para a responsabilidade é extremamente importante.

Decorrente da compreensão da educação estar diretamente relacionada com o meio em que o aluno vive, e da dependência direta da atuação dos indivíduos próximos a ele, nos primeiros anos de ensino, os professores tinham o cuidado de conhecer a família de cada aluno, para poder compreender as reais necessidades do estudo, além de entender as dificuldades que o aluno poderia ter. Os professores indagavam aos pais a respeito de suas opiniões sobre o estudo, qual sua importância no contexto da educação familiar, qual é o comportamento dos filhos, onde os pais trabalhavam etc, afim de melhor desenvolver o conteúdo a ser ensinado, que deveria condizer com o meio social do aluno e com a necessidade de se continuar a revolução

Mao criticava o antigo modelo de educação por não ensinar aos alunos aquilo que era realmente importante ao seu ver:

“Nas escolas, nos cursos para quadros em exercício, os professores de filosofia não orientam os alunos para o estudo da lógica da revolução chinesa; os professores de economia não orientam para o estudo das características da economia chinesa; os professores de ciências políticas não orientam para o estudo das táticas da revolução chinesa; os professores de ciências militares não orientam para o estudo da estratégia e das táticas; adaptadas às características especiais da China; e assim por diante. Daí resulta uma generalização de erros e um grande prejuízo para as pessoas. (...) Assim se cria uma mentalidade anormal entre muitos dos alunos: em vez de se interessarem pelos problemas chineses e atribuírem a importância desejada às diretivas do Partido, aferram-se de todo o coração a supostos eternos e imutáveis dogmas aprendidos juntos dos mestres.”⁴⁷

Como já salientamos, a preocupação de Mao era com a formação ideológica, física e moral do novo homem que a revolução necessitava, e o papel do novo modelo educacional era o de fornecer os elementos necessários para uma educação totalmente consagrada ao povo chinês e à sua revolução social, por isso ela devia ser fundamentalmente política, não tendo como tarefa principal a formação de engenheiros, advogados, acadêmicos, mas sim revolucionários

⁴⁷ CHEN, Theodore Hsi-en. *Chinese education since 1949: academic and revolutionary models*. Nova Iorque: Pergamon press, 1981, p. 27.

com sólida consciência ideológica, afinal “a revolução deve dar-se, em primeiro lugar, na mente do homem”.

Já no ensino infantil, era incentivada a organização dos Pequenos Guardas Vermelhos, os alunos de mais alta consciência ideológica que promoviam a educação política de outras crianças, assim como formulavam atividades extra-escolares que divulgavam a ideologia proletária. Qualquer aluno podia ser um pequeno guarda vermelho, desde que possuísse quatro méritos: ter alto grau de consciência política, ter uma vida saudável e exemplar, cumprir todas as tarefas cotidianas, e ter bom rendimento nas atividades fabris e agrícolas. Os que possuíam esses méritos participavam de diversas atividades: excursões, trabalhos difíceis, atividades artístico-desportivas, campanhas públicas, visitas a fábricas, museus, exposições, encontro com outros grupos de pequenos guardas vermelhos, discussões públicas, trabalho voluntário etc. Os que se saíam melhor nessas atividades, muitas vezes passavam a participar de reuniões de direção das escolas, fábricas, onde não eram apenas ouvintes, mas davam contribuições e participavam das discussões.

No ensino fundamental e médio, os guardas vermelhos se organizavam e assumiam a função de oferecer a todos os alunos uma educação política, apresentando a luta de classes e a linha política revolucionária, além de promover o estudo do marxismo. Algumas das atividades mais importantes desenvolvidas pelos guardas vermelhos eram: a crítica da influência da antiga tradição educacional e dos antigos métodos; a intervenção na escolha dos conteúdos a serem ministrados; o estímulo à auto-crítica, permitindo aos jovens a consciência de sua posição e importância na sociedade; a confecção dos novos materiais de

ensino; a formação de grupos de experimentação e estudo nas mais diversas áreas, como eletrônica, meteorologia, pintura, medicina; realização da manutenção da escola (parte elétrica, limpeza, pintura); cooperação com a milícia da cidade; entre outras.

Muitos dos alunos, ao completarem o ensino médio, eram enviados ao campo, após receberem instruções acerca da importância nacional do movimento dos jovens instruídos, e deveriam propagar em todos os cantos do país o chamado pensamento Mao Zedong⁴⁸, que pregava:

“- Nada deve impedir o trabalho manual nem a participação direta na indústria ou na agricultura;

- Guerra contra o individualismo: se vive, se existe, em função da sociedade;

- Não há conhecimento sem prática;

- Um se divide em dois. Isso é, todo fenômeno tem seu lado positivo e negativo, contradição que é necessária reconhecer;

- É preciso se apoiar em seus próprios esforços e trabalhar insistentemente;

- A verdade sempre está com o povo. O poder das massas é ilimitado.

Atuar de acordo com suas necessidades e desejos é estar de acordo com a verdade e é garantia de ação revolucionária”⁴⁹

⁴⁸ O pensamento Mao Zedong era definido como a aplicação da verdade universal do marxismo-leninismo à realidade chinesa, sendo guia de ação método de vida e dogma invariável. RÍOS, Carlos Castillo. *La Educación en China*. Buenos Aires: Búsqueda, 1973, p. 34

Ríos, P. 34 -

⁴⁹ RÍOS, Carlos Castillo. *Op.cit*, p. 35

Obviamente, o envio dos jovens ao campo não era feito sem dificuldades. Havia a questão da infra-estrutura, já que milhões de jovens iam à zona rural todos os anos, e era preciso toda uma estrutura para abrigá-los. Havia também problemas de integração social, além de certa resistência ideológica, ou mesmo sentimento de superioridade dos jovens da cidade em relação aos camponeses.

Mas, enfrentando esses problemas, os jovens passavam a participar ativamente das unidades de produção, contribuindo com o que fosse necessário, independente de ser um trabalho manual mais pesado, contagem da produção, ou ainda, organização das equipes etc. Em geral, em cada município havia um órgão do comitê do partido que se dedicava apenas ao movimento dos jovens instruídos que iam ao campo, e esses mesmos jovens eram vistos como uma força vital para a edificação de novas campanhas socialistas, já que eles se tornavam quadros do partido, ingressavam na Liga Jovem Comunista, ou faziam parte das comunas, brigadas ou equipes. Esse movimento não apenas tinha um caráter ideológico, mas também fazia parte de uma estratégia orientada por motivos econômicos, já que para ocorrer o desenvolvimento econômico era preciso de mais mão-de-obra.

A ida ao campo também estava diretamente relacionada com a noção de união entre teoria e prática, um dos pilares do pensamento de Mao, como veremos a seguir.

União entre Teoria e Prática

Um termo muito usado na China é “união”. A teoria deve unir-se à prática; as inovações tecnológicas foram possíveis graças à tríplice união de operários,

técnicos e engenheiros. Nesse caso, o ensino não tem valor se ele não se combina com o trabalho produtivo.

As primeiras tentativas de se unir o ensino nas escolas com o trabalho produtivo foram realizadas em 1958, através da fórmula de estudo e trabalho simultâneos.

A defesa feita por Mao da importância dessa união se baseava na compreensão de que enquanto o trabalho intelectual for muito mais valorizado que o trabalho manual, estarão em vigência os valores da sociedade burguesa, e por isso nenhum esforço para mudar completamente essa noção é em vão. Entretanto, deve ser assinalado que Mao também criticava aqueles que baseavam seus conhecimentos apenas na experiência, descartando a teoria:

“Nossos camaradas, ocupados com o trabalho prático, freqüentemente possuem grande experiência, o que é muito valioso. Sem dúvida, será muito perigoso que se contentem apenas com sua experiência.

Esses camaradas devem compreender que seu saber é resultado do conhecimento sensível. São, por isso, conhecimentos parciais; lhes faltam conhecimentos racionais, conhecimentos gerais. Dito de outra maneira: falta-lhes teoria e, em consequência, seus conhecimentos também são relativamente incompletos.”⁵⁰

A combinação entre teoria e prática, e o respeito ao trabalho produtivo são cultivados desde cedo entre as crianças, que aprendem a partir de experiências

⁵⁰ RÍOS, Carlos Castillo. *Op. Cit*, p. 45

reais, e são convidadas desde cedo a participarem do trabalho produtivo, seja arrumando uma mesa, regando as plantas, fazendo pequenas plantações. As crianças devem se conscientizar de que o trabalho produtivo que elas exercem tem uma utilidade para a sociedade, e assim elas aprendem a respeitar o trabalho manual, não importando qual seja.

Nas escolas das cidades, os alunos geralmente participavam do trabalho produtivo em fábricas localizadas próximas às escolas, assim, desde cedo as crianças se tornavam pequenos operários, mas também realizavam atividades ligadas ao campo.

Com o intuito de “ruralizar a cidade e urbanizar o campo”, de tempos em tempos os alunos das cidades iam ao campo, onde aprendiam a cultivar a terra, lidar com a colheita, e recebiam orientações dos camponeses. Da mesma forma, os alunos do campo visitavam as cidades com frequência, podendo conhecer o trabalho nas indústrias. As visitas escolares eram freqüentes, pois só assim a escola não se desvinculava da vida social que a cercava. Fora essas visitas, os alunos tinham em uma semana por trimestre a possibilidade de participar do trabalho produtivo ou do trabalho agrícola.

Mesmo existindo as semanas em que os jovens iam às fábricas, no interior das escolas existiam oficinas, nas quais alunos aprendiam a lidar com as máquinas e os professores ensinavam todo o método de produção. O Estado fornecia os materiais básicos, e as fábricas forneciam máquinas e incorporavam à sua produção os produtos feitos nas escolas, além de possibilitar a ida às escolas de operários que ensinavam os jovens. Com essas oficinas, o método de ensino era modificado, já que o ensino era associado ao trabalho concreto, e os alunos

estudavam a teoria a partir das observações concretas, da mesma forma que os conhecimentos teóricos adquiridos eram imediatamente postos em prática.

Essas medidas que visavam unir a teoria e a prática buscavam alcançar alguns fins políticos e educativos:

- Prevenir o aburguesamento daqueles que realizavam atividades que não eram manuais, e que por isso tinham maior tendência de se separar das massas;
- Manter os dirigentes em estreito contato com os dirigidos, unidos no trabalho de campo e perante a presença de problemas;
- Criar em todo o povo uma atitude positiva em relação ao trabalho de base e destruir atrativos frívolos das posições dirigentes cômodas e pouco revolucionárias;
- Obter mais eficiência na condução de empresas públicas e atividades políticas, já que quem é trabalhador de base, tem maior eficiência em seu trabalho e conhece as dificuldades reais das massas.

Para que fosse possível que essa união ocorresse no interior das escolas, temos com a reabertura delas novos currículos e métodos, que buscavam permitir uma real transformação na sociedade, como veremos a seguir. No próximo capítulo abordaremos a importante questão relativa à tentativa de superação da divisão entre trabalho manual e intelectual, que tem relação íntima com a união entre teoria e prática.

Currículos e Métodos

Com a reabertura das escolas em 1967, foi motivada a adequação das escolas com relação às necessidades locais, e com isso as escolas são muito diferentes umas das outras, diferenciando-se de acordo com as atividades produtivas a que se consagram e em relação à orientação das respectivas comunidades em que estão inseridas.

Essas diferenças aparecem no regimento interno, nas disciplinas lecionadas, no conteúdo ensinado, no método adotado, e inclusive na duração dos estudos, mas podemos identificar algumas das principais características adotadas pelas escolas de todo país.

A primeira mudança ocorrida nas escolas de ensino fundamental após a reabertura em 1967 foi a redução dos anos referentes a esse nível de educação, que passou a durar cinco anos. A gestão das escolas era responsabilidade dos comitês locais, associações de bairros, unidades de fábricas etc, o que possibilitava união entre educação escolar, familiar e social. A verba para a educação vinha do Estado e também das unidades de produção.

Nesse nível de ensino, os estudos se dividiam em sete áreas: pensamento de Mao Zedong, matemática, conhecimentos (biologia, botânica, física, agricultura, idioma estrangeiro, etc), língua chinesa, arte revolucionária, atividades manuais e educação militar e física. Como em todas as séries as disciplinas eram as mesmas, partia-se da orientação de Mao “do mais simples ao mais complexo”, permitindo um aprofundamento dos conhecimentos, assim como se acentuava o ritmo do trabalho produtivo, conhecido como “prática social”, com o passar dos anos.

De acordo com as especificidades de cada local, os professores adequavam os conteúdos a serem ministrados. Nas escolas rurais, os alunos

aprendiam teoria e prática agropecuária. Os professores eram, geralmente, camponeses cultos ou educadores de origem camponesa. Dessa maneira, as escolas focalizavam o meio rural como inspiração, porém não deixavam de oferecer conhecimentos sobre trabalhos de mecânica, carpintaria, eletricidade, conhecimentos industriais e outros.

Apesar das tentativas de adaptar a educação segundo a ideologia proletária, uma grande dificuldade enfrentada pelos professores dizia respeito aos métodos de ensino, que mesmo após a reabertura das escolas continuaram baseados na presença do professor em frente ao quadro negro, fazendo com que os alunos repetissem a matéria. A única diferença implementada é em relação ao professor, que perde a feição autoritária, passa a escutar os alunos, e busca a raiz dos problemas enfrentados por eles. Houve significativa mudança nas provas e exames, que foram substituídos por questões elaboradas juntamente com os alunos, os quais podiam respondê-las com consulta. As notas foram eliminadas, para se evitar a formação de uma hierarquia no interior das salas de aula. Os professores faziam comentários a respeito do desempenho do aluno, se ele compreendeu o objetivo central do assunto, se ele conseguiu analisar e resolver problemas, como ele se comportou perante os outros alunos, e caso a criança apresentasse dificuldades, o professor buscava analisar o motivo delas, e como a dificuldade poderia ser superada.

Para se tornar professor, o indivíduo precisava entrar no ensino superior, mas sua entrada estava condicionada a algumas exigências, como a necessidade de ter trabalhado no campo ou na indústria por, pelo menos, dois anos e, além disso, era preciso recomendação dos colegas de trabalho e de

algum quadro local, pois era necessário estar ideologicamente preparado, ou seja, o professor deveria se dedicar a ensinar os outros e não para obter mérito próprio.

Uma vez admitido, o futuro professor adentrava o curso voltado para a formação de professores e por três anos estudava chinês, matemática, história, química, artes, política, psicologia, psicologia educacional, e participava do trabalho produtivo por pelo menos oito horas semanais. Os exames buscavam identificar se os educandos compreenderam o conteúdo, e se conseguiam exprimir com suas próprias palavras o conhecimento adquirido. Preferencialmente, se fomentavam discussões e se realizavam exames orais, e quando esse era escrito permitia-se a consulta aos livros, afinal o que interessava era a compreensão do conteúdo e não a mera memorização. Da mesma forma, as notas finais eram apenas indicativos, não havendo repetência, ou eliminação de algum aluno com dificuldades. As notas eram dadas em conjunto: ou o aluno discutia com o professor a nota adequada a seu desempenho, ou uma comitiva formada por professores da área mais alunos de outras classes lhe atribuía uma nota.

Com a nova orientação política e educacional no período pós-67, o fato essencial para as escolas primárias e secundárias era a formação das crianças e jovens para a reflexão e a crítica, através da eliminação do ensino que impedisse o desenvolvimento da capacidade de análise, e que visse o aluno como mero receptor de conhecimento. O aluno não deveria saber repetir mecanicamente as informações, pelo contrário, era necessário saber argumentar, discutir, compreender e raciocinar.

No ensino fundamental, a educação política começou a ter maior importância, e ela se manifestava de múltiplas formas: através do estudo das obras marxistas-leninistas, através de campanhas de massa, e também em sala de aula, com sessões de estudo e discussões em grupos.

Após completarem o ensino fundamental, os alunos ingressavam no ensino médio, formado por dois ciclos: o primeiro de dois ou três anos, dependendo da região, e o segundo ciclo, de dois anos. O primeiro ciclo estava praticamente universalizado no início da década de 1970, porém o segundo ciclo ainda apresentava um reduzido número de alunos, principalmente nas zonas rurais.

Antes das mudanças operadas na Revolução Cultural, havia escolas de ensino médio nas quais para ser admitido o aluno passava por um rigoroso exame, e apenas os mais brilhantes passavam. Mesmo depois de ser aprovado nesse exame, para ser promovido ao segundo ciclo, o aluno precisava passar por outro exame. Após a reabertura das escolas em 1967 esses exames foram abolidos, possibilitando que todos tivessem acesso à educação.

Após 1967, foram criados comitês revolucionários de educação, que buscavam reformar democraticamente a educação. Nesse mesmo ano, as escolas rurais que antes eram dirigidas pelos distritos passaram à administração das comunidades, que eram dirigidas pelos camponeses locais.

O programa das escolas do ensino médio, da mesma forma que o das escolas do ensino fundamental, deveria atender às necessidades locais, mas em geral os alunos tinham as seguintes matérias: língua e literatura chinesa, matemática, política, física e química, história, geografia, língua estrangeira

(geralmente o inglês ou o russo), atividades artísticas, educação física e fundamentos de agricultura. Em algumas escolas também era ensinado higiene e fisiologia, e em escolas rurais se aprendiam noções de medicina. Não havia um material de ensino nacional, e cada província ou cidade desenvolvia seus próprios materiais, textos e exercícios.

Em geral, havia 32 semanas de estudo, 4 semanas de trabalho no campo, 4 semanas de trabalho industrial e, quando possível, 1 semana de aprendizado nas unidades do exército popular. Nessas semanas em que os alunos entravam em contato com os operários e camponeses, esperava-se que a falta de experiência política e social dos jovens fosse compensada pelo trabalho em contato direto com aqueles que sofreram opressão, miséria e dominação. As 8 semanas restantes, dedicadas às férias, poderiam ser preenchidas com treinamento militar ou atividades voltadas às massas. Na medida do possível, a política ocupava posição central no ensino, e o jovem era visto como revolucionário quando estava disposto a se incorporar às massas operárias e camponesas.

Uma diferença interessante das escolas de ensino médio chinesas é que elas não eram vistas como um ciclo que antecedia a universidade. O ensino médio não era um nível intermediário, nem de transição, mas possuía um fim em si mesmo. Estudava-se nesse nível e depois se incorporava o jovem na vida ativa, por isso a educação ser tão ligada com a produção e com a formação da consciência proletária. O aluno saía da escola preparado para ingressar em diversas funções na indústria, no campo ou mesmo no exército, que são locais que possibilitavam o aprendizado e a experimentação. As fábricas eram verdadeiros locais de experimentação e aperfeiçoamento de técnicas e de

conhecimentos e, por esse motivo, grande parte do avanço tecnológico se devia à combinação de operários e técnicos no interior das fábricas, e à combinação de camponeses e técnicos agrícolas no campo, numa constante busca pela melhoria na produção, como maior produtividade e menores gastos. Mesmo nas escolas, os alunos se esforçavam para aperfeiçoar as máquinas que conheciam, numa obsessão pela busca de melhorias para o povo chinês.

A educação superior mudou sensivelmente após o fechamento das escolas. A maioria das universidades só voltou a funcionar a partir de 1970, quando uma série de mudanças começou a ser implementada.

As principais críticas a esse nível de ensino em 1966 eram: incentivo ao conhecimento meramente livresco; ambição pessoal de se tornar reconhecido e especialista; busca do aperfeiçoamento intelectual esquecendo da revolução ideológica; distanciamento do pensamento maoísta; discriminação em relação aos operários e camponeses; separação exacerbada entre as cidades e o campo; divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual; ignorância política e aversão ao trabalho produtivo. Essas críticas eram dirigidas aos que faziam parte da estrutura das universidades: professores, pesquisadores, administradores, e também os alunos, que falharam na formação do jovem revolucionário, que continuaria a luta socialista.

As transformações ocorridas após a reabertura das escolas envolveram modificações profundas nas universidades já existentes, mas também a criação de novas universidades, caracterizadas pela integração com as unidades de produção.

Segundo a diretiva do Partido, os professores e alunos das universidades deveriam retornar aos *campi* para participar ativamente da revolução cultural, e para iniciar a revolução educacional. Todos deveriam se engajar no treinamento político e militar, na luta de classes, na crítica às autoridades que seguiam a via capitalista, além da crítica ao antigo sistema educacional, às políticas de ensino e seus métodos.

O novo sistema educacional, defendido a partir de 1967, impunha a necessidade de algumas mudanças nas universidades, já que “a educação deve estar a serviço da política do proletariado e estar combinada com o trabalho produtivo”, já que deve formar os especialistas com consciência proletária, e não uma elite acadêmica e distante da realidade da população.

Para se adequar a esse princípio, uma primeira mudança foi a criação da administração pela tripla união. Isso significa que a administração, mas também o ensino, estava nas mãos dos operários, camponeses, soldados, técnicos revolucionários e alunos, possibilitando uma educação das massas para as massas.

Outra modificação implementada inicialmente foi referente aos exames de seleção. Como já dito, ao terminar o ensino médio os alunos passaram a ser enviados aos locais de trabalho (campo, fábricas, comunas) e, somente após dois ou três anos, os jovens mais dedicados, os chamados “jovens cultivados”, podiam tentar o ingresso nas universidades, desde que cumprissem alguns requisitos, como nos mostra Carlos Castillo Rios:

- “a) ter dado provas de conhecimento e prática do pensamento de Mao Zedong e da filosofia marxista-leninista;
- b) ter demonstrado no trabalho sua participação nos três grandes movimentos revolucionários: luta de classes, luta pela produção e luta pela experimentação científica;
- c) ser relativamente jovem, solteiro (a) e com boa saúde.”⁵¹

Cumprindo esses requisitos, o jovem faria uma inscrição, mas precisava ter a recomendação da instituição em que havia trabalhado, além de ser selecionado pelo comitê revolucionário da universidade. A recomendação não era algo fácil de ser obtida, já que havia uma série de critérios para que o jovem fosse recomendado, uma vez que era necessário ter consciência da importância e do papel dele na sociedade, assim como da função do estudo superior, que era servir às massas.

Entretanto, para que esse novo sistema funcionasse era preciso que se respeitasse algumas exigências: para ser selecionado, o indivíduo deveria não ser apenas academicamente apto, mas era preciso estar bem integrado socialmente à sua unidade de produção. Como a recomendação de um jovem partia da unidade de produção, este deveria retornar a ela quando terminasse seus estudos, já que o jovem dependia da unidade de produção para ser indicado, assim como a unidade de produção dependia do jovem para seu bom funcionamento; havia a possibilidade de um jovem ser recusado pelo comitê da universidade mesmo tendo sido indicado, pois podia ocorrer dele ter bons conhecimentos técnicos, porém não ter boa formação política e ideológica; além

⁵¹ RÍOS, Carlos Castillo. *La Educación en China*. Buenos Aires: Búsqueda, 1973, p. 133

disso, esse sistema devia eliminar qualquer indicação por motivos de origem social, ou ainda por privilégio.

Apesar de todo esforço para que esse novo método de admissão ao ensino superior fosse bem sucedido, diversas dificuldades foram surgindo. A principal dificuldade era a neutralidade na indicação pelas unidades de produção, que deveriam avaliar o jovem, sem conceder-lhe privilégios. Além disso, muitos perceberam ser preciso alguma forma de avaliar o nível cultural dos candidatos, já que ainda era visível uma diferença entre a formação dos jovens do campo e da cidade, por isso até mesmo se cogitou um retorno à seleção através de exames, porém houve uma grande oposição a essa medida. Tentou-se então, em 1973, o envio de equipes para as comunas, onde elas poderiam realizar a seleção. Porém, era preciso um longo período para se selecionar os jovens de todas as comunas, e obviamente esse sistema também não foi bem sucedido. Por fim, estabeleceu-se que deveria haver alguém de fora da unidade de produção para auxiliar na seleção dos futuros alunos, mas essa medida não encerrou as discussões sobre o assunto, que esteve presente até o final de 1976.

O período de estudo foi reduzido, para se evitarem prolongadas separações entre os universitários e as fábricas, comunas populares ou exército. Os cursos técnicos e de medicina duravam três anos; e os cursos literários, dois anos. Novos cursos técnicos foram criados para satisfazer as necessidades da indústria, e esses cursos deveriam possibilitar a união entre o ensino em sala de aula, o trabalho prático e a pesquisa científica.

O período de duração dos cursos foi reduzido, pois acreditava-se que era ensinada muita teoria e havia pouca prática. Por exemplo, no caso de medicina,

nos quatro primeiros anos não se tinha contato algum com os doentes, apenas com as teorias. Além disso, havia a repetição de muitos conteúdos. Novamente, como exemplo o curso de medicina, quando se estudavam as mesmas doenças, porém em disciplinas diferentes: doenças infecto-contagiosas na disciplina de infectologia, e as mesmas doenças em parasitologia. Havia também as disciplinas pouco usuais, como matemáticas superiores, que poucos profissionais usariam. O excesso de teoria impossibilitava um contato direto com as massas, que eram quem deveria ser beneficiada pelo que se aprendia no ensino superior.

Com a redução do período de estudo, o curso de medicina passou a ter três anos de duração, e isso foi possível pois houve uma profunda combinação entre teoria e prática, ou seja, ensino e atendimento aos doentes, além da fusão e eliminação de disciplinas. Entretanto, a formação ideológica foi privilegiada, e isso proporcionava a noção de que era preciso o estudo contínuo, que não deveria ocorrer apenas no período da universidade, mas também por toda a vida, para sempre servir bem a população.

Com a redução da duração dos cursos, a maioria deles foi dividida em quatro etapas: a primeira deveria igualar o nível cultural dos alunos, já que com origens, locais e tempo de estudo variáveis, nem todos se igualavam em termos de conhecimento; a segunda etapa estava voltada para a compreensão e estudo de alguma máquina ou algum procedimento que estivesse presente no interior das unidades de produção; já na terceira etapa, buscava-se elevar o nível teórico dos alunos, que deveriam ser capazes de conceber e fabricar novas máquinas; e por fim, na última etapa, os alunos se dedicavam à redação de uma tese, na qual apresentariam um novo procedimento extremamente original, que deveria auxiliar

as unidades de produção, atingindo o objetivo de, através do ensino superior, beneficiar as massas.

Quando terminavam essas quatro etapas, os alunos realizavam estágios, nos quais era possível estabelecer uma ligação entre as unidades de produção em que estagiavam e as pesquisas realizadas no interior das universidades. Muitas vezes eram nessas unidades de produção que ocorriam as “avaliações finais” de curso, já que o aluno deveria fazer uma exposição oral sobre um tema de interesse dos trabalhadores.

No decorrer no curso, assim como nos outros níveis de ensino, os tradicionais exames foram abolidos, substituídos por exames que eram um convite à reflexão sobre o conteúdo aprendido, e era uma maneira de obter indicativos sobre a necessidade ou não de mudanças no ensino. Os alunos podiam, durante os exames, consultar livros e professores, discutir com colegas de classe, já que o exame não tinha caráter eliminatório, assim como não havia repetência, já que alunos e professores deveriam garantir o êxito de todos, e quando havia dificuldades de aprendizado uma série de alternativas eram postas em prática, como grupos de estudo, aulas extras etc.

Os professores também foram alvo de modificações, já que a grande maioria dos antigos professores só retornou às Universidades após um período de reeducação ideológica, e após a reabertura das universidades, os professores de origem operária e camponesa passaram a ter papel fundamental, sendo incumbidos de realizar conferências e lecionar disciplinas nas quais apresentavam todo o seu conhecimento decorrente da vivência prática, associando a teoria com situações cotidianas que seriam enfrentadas pelos alunos. Além disso, todos os

professores deveriam participar semanalmente de grupos de estudos de ideologia e política proletária, onde eles podiam criticar os métodos de ensino usados, os conteúdos, e tudo mais que estivesse associado à educação burguesa.

O material de ensino também foi modificado, já que a partir de 1967 os manuais passaram a ser produzidos de forma a atender às seguintes características: presença de conteúdo revolucionário; estarem diretamente ligados à prática; conteúdo sintetizado, sem redundâncias ou inutilidades; texto elaborado pelos grupos de professores das diversas matérias com a colaboração dos operários e camponeses; quando pronta uma primeira versão do manual, este deveria ser apresentado aos alunos, professores, operários e camponeses, que fariam críticas e sugestões sobre modificações. Foi necessária essa reformulação na confecção dos manuais e livros de ensino, pois os antigos manuais eram extremamente teóricos, abstratos, distantes da prática, tratando de fenômenos particulares, sem referência aos princípios gerais, sem estimular o uso da dedução lógica para a solução dos problemas, já que forneciam fórmulas e conclusões sem apresentar o raciocínio utilizado no decorrer do processo.

Capítulo 3 – Os modelos de educação e a tentativa de superação da divisão capitalista do trabalho

Os dois capítulos anteriores trouxeram as principais mudanças ocorridas no período pós-1949, tendo maior importância para este estudo os eventos descritos no capítulo 2, pertinentes ao período da Revolução Cultural.

Ao longo da consolidação da República Popular Chinesa temos, como já sugerido, uma constante luta entre duas correntes pedagógicas que defendem, de acordo com Theodore Hsi-chen, uma o modelo acadêmico e a outra o modelo revolucionário de educação.

As transformações ocorridas durante a Revolução Cultural são a aplicação dos ideais do modelo revolucionário, defendido e incentivado por Mao Zedong. Uma contraposição, ainda que breve, entre esses dois modelos, permitirá o esboço de um quadro comparativo entre essas duas linhas, e posteriormente aprofundaremos a análise relativa à tentativa de superação da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, que foi um dos traços mais importantes do modelo revolucionário, diretamente relacionado ao avanço e conquista do socialismo, com conseqüente revolucionarização das relações de produção.

Em vários momentos do período histórico compreendido a partir da proclamação da República Popular Chinesa até o final da Revolução Cultural (1976) temos, de maneira clara, a presença do chamado modelo acadêmico e do

modelo revolucionário. A diferença entre esses dois modelos refere-se aos padrões de ensino, reflete a natureza da educação, seus meios e seus objetivos.

Com a conquista do poder pelo Partido Comunista Chinês, todas as esferas da sociedade deveriam se voltar para o progresso da nação e a vitória da revolução, e a educação era um pilar fundamental para a obtenção do sucesso. Cada um dos referidos modelos de educação busca determinado objetivo, isto é, um modelo visa o desenvolvimento das forças produtivas e o outro vê o sucesso da revolução como meta mais importante.

Com essa oscilação entre desenvolvimento das forças produtivas e revolucionarização das relações de produção, a educação também é atingida, e nos momentos em que desenvolver essas forças é o lema adotado, o modelo acadêmico é o que prevalece, pois possibilita a formação do pessoal necessário para as mais diversas posições na produção, possibilitando a modernização e a reconstrução nacional. De maneira inversa, quando a revolução recebia maior importância, a educação seguia o modelo revolucionário, que enfatizava a educação voltada para a produção de ativistas políticos e defensores ideológicos da causa socialista.

Como que de maneira cíclica, esses dois modelos se revezam durante as três primeiras décadas da República Chinesa, servindo à política (que buscava o sucesso da revolução socialista) e auxiliando a economia, com o desenvolvimento, modernização e avanço nacional. Ambos os modelos não foram criados na China, mas foram adaptados à realidade chinesa, como é o caso do modelo revolucionário, que faz uso da experiência educacional do período soviético stalinista, mas que é revisado por Mao e apresenta reflexões inéditas.

O modelo acadêmico é conhecido e adotado por diversas sociedades. Seus traços principais são: ser centrado na escola, ser orientado pelo conhecimento, sua intenção central é promover o conhecimento acadêmico, e a escola é o local por excelência onde o ensino ocorre, sendo a sala de aula, junto com os laboratórios e bibliotecas, o coração da escola. Aprender significa conhecimento e o conhecimento é adquirido por meio dos livros, e para facilitar essa aquisição temos as disciplinas (matérias) e a separação em níveis.

Em oposição, o modelo revolucionário, que recebe essa denominação não apenas por servir à causa revolucionária, mas também por ser o modelo que mais radicalmente se afasta do modelo acadêmico, pode ser resumido da seguinte forma: a escola perde importância, enquanto a sociedade toda passa a educar; o aprendizado ocorre nas fábricas, no campo, nas ruas, e não apenas na sala de aula; as campanhas de massa são incentivadas pelo seu valor educativo; nesse modelo o conceito de educação vai muito além da escola e da aquisição de conhecimento, não havendo distinção entre educação formal e informal; a educação é orientada para a ação, e o resultado da adoção desse modelo é o ativista revolucionário, que foi modelado para servir à revolução. Nesse modelo, com a contribuição de Mao, não se aceitava o desenvolvimento intelectual como objetivo exclusivo da educação, afinal suspeitava-se que isso pudesse favorecer a perpetuação da burguesia.

Esse modelo, com clara inspiração maoísta, foi fruto da revolução educacional ocorrida com a Revolução Cultural. O período de 1958 à 1966 pode ser considerado um momento de transição, em que os defensores do modelo

revolucionário aguardavam a derrota do modelo acadêmico, defendido pelos revisionistas e burgueses, de acordo com os partidários maoístas.

Como já mencionado no capítulo anterior, a diretiva de 16 pontos da Revolução Cultural deixa claro que “o objetivo mais importante da revolução é transformar o antigo sistema educacional e os velhos princípios e métodos de educação”, lembrando que esses velhos princípios e métodos são aqueles do modelo acadêmico.

Em vista de algumas tentativas anteriores à 1966, realizadas por Mao, com o objetivo de alterar a educação, como foram as campanhas de 1958 e de 1962, Mao, convencido da importância de assegurar a formação de jovens revolucionários, identifica a necessidade de mudanças radicais, rejeitando o sistema existente, incentivando a destruição da velha pedagogia para a posterior reconstrução da mesma, agora com caráter revolucionário. Em resposta aos sucessivos ataques de Mao à escola e à universidade, os jovens reagem e temos o fechamento das escolas, analisado no capítulo 2.

A crítica ao modelo acadêmico surge de maneira explícita entre os jovens, que condenavam o modelo por privilegiar poucos ao invés das massas, por refletir a ideologia e a sociedade de classes dos países capitalistas, além disso, nesse modelo a educação é voltada apenas para o conhecimento, produzindo intelectuais apolíticos, divorciados da luta da sociedade revolucionária, que se dedicam integralmente aos livros, não tendo oportunidade de participação no trabalho produtivo, nas atividades políticas. Em contraposição, os jovens, incentivados por Mao, passam a defender a educação a serviço das massas (proletários, camponeses e soldados), guiada pela ideologia e pela revolução

proletária, com conteúdos úteis para a produção e a política, com plena defesa da unidade entre teoria e prática. Seguindo esses princípios, temos a aplicação do modelo revolucionário.

Entretanto, apesar dessas mudanças terem ocorrido, os eventos históricos que sucederam a Revolução Cultural demonstram que as transformações não foram efetivas, isto é, não foram suficientes para operar reais mudanças

As diretivas de Mao foram seguidas, muitos jovens se empenharam em alterar as escolas e universidades, mas podemos identificar alguns aspectos relevantes decorrentes da adoção do modelo revolucionário, e também alguns limites da própria Revolução Cultural.

Uma breve análise demonstra claramente alguns elementos: o primeiro é o fato de a educação com vistas a atender apenas as necessidades imediatas fazer com que a educação se reduza muitas vezes à mera compreensão de como executar determinada tarefa, desvalorizando o conhecimento e o aprofundamento da técnica, da compreensão de mecanismos etc. Ao lado desse ensino voltado exclusivamente para a aplicação prática, temos a questão da política que adentra as escolas de maneira excessiva, fazendo com que as escolas com meio período de estudo e meio período de trabalho, se convertessem em meio período de política e meio período de trabalho.

A destruição do antigo sistema educacional, visto como fato glorioso pelos maoístas, provocou também intensos conflitos entre os estudantes, gerando insatisfações, e obrigando os jovens que não concordavam com o novo modelo a segui-lo, impondo-lhes novos métodos e conteúdos. A radicalidade decorrente da atuação dos Guardas Vermelhos, e também a posição que Mao Zedong passa a

ter como grande comandante, que centralizava o poder em suas mãos, determinando os rumos da nação, impediram também um real avanço na transição socialista.

O episódio da Comuna de Xangai deixa claro alguns limites de Mao, que não compreendia, ou não aceitava, a real necessidade de o poder estar diretamente nas mãos da massa, deixando com que ela tomasse as rédeas do processo revolucionário, pois só assim teríamos uma sociedade comunista. Com o poder concentrado nas mãos de Mao, ele faz a defesa da necessidade de haver mediação entre o poder e as massas, sendo necessário a existência de instituições estatais e de um Partido forte. Assim, compreendemos o porquê de várias dificuldades que apareceram nesse momento, com conseqüente insatisfação da população, e culto extremo à personalidade de Mao, que se colocava acima das massas.

Como resultado de alguns desses limites, temos a grande dificuldade em se alcançar um dos objetivos propostos pela Revolução Cultural, e que elegemos como o elemento a ser analisado com mais profundidade nesse capítulo: a tentativa de superação da divisão entre trabalho manual e intelectual, que foi um dos objetivos a ser alcançado com essas mudanças no ensino, analisadas nessa pesquisa.

A tentativa de superação da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual

Todas as mudanças apresentadas no capítulo anterior nos fornecem subsídios para a discussão fundamental sobre a superação da divisão do trabalho,

superação que é particularmente decisiva, posto que a transformação nas relações de produção (objetivo específico da revolução cultural) depende, em certa medida, da superação da divisão entre trabalho manual e intelectual, que o próprio sistema educacional e as práticas pedagógicas reproduziam.

A divisão do trabalho na sociedade, ou seja, a divisão do trabalho pelos diferentes ramos de atividade é comum a todos os tipos de sociedade. Entretanto, “a divisão manufatureira ou a divisão sistemática do trabalho (divisão que se dá no interior da produção, subdividindo sistematicamente o trabalho de cada especialidade) é característica da sociedade capitalista, assim como o é o processo de produzir mais-valia”⁵².

Na sociedade capitalista, temos a chamada subsunção real do trabalho ao capital, que ocorre quando há uma mudança nas forças produtivas (introdução do sistema de máquinas no processo de produção), e o trabalhador passa a ser mero apêndice da máquina, ou seja, o trabalhador está separado dos meios de produção, vende sua força de trabalho (que é reduzida a simples energia dispendida) ao capitalista, e depende da direção e coordenação do capitalista para que possa realizar o trabalho, já que há uma expropriação das capacidades intelectuais do trabalhador, que se torna capacitado para realizar apenas o trabalho manual. Dessa maneira, a classe dominante detém os meios e os processos de produção, reservando a si e a seus funcionários a tarefa de concepção, controle e racionalização da produção, enquanto os trabalhadores são

⁵² CARVALHO, Olgamir Francisco de. *A Escola como Mercado de trabalho: os bastidores da divisão do trabalho no âmbito escolar*. São Paulo: Iglu editores, 1989, p. 35.

destinados a realizar tarefas cada vez mais fragmentadas e específicas, que dependem apenas do dispêndio de energia física⁵³.

Como nos apresenta Gorz, citando inúmeras passagens de Marx:

“A divisão capitalista do trabalho é a fonte de todas as alienações. ‘Estrofia o trabalhador e faz dele uma espécie de monstro’; favorece, ‘como numa estufa, o desenvolvimento de habilidades parciais, suprimindo todo um mundo de instintos e capacidades.’ ‘Os conhecimentos, a inteligência e a vontade que o camponês ou o trabalhador independente desenvolvem, ainda que em modesta escala’, são tirados do operário e confiscados pelo capital, que os concentra nas suas máquinas, na sua organização do trabalho, na sua tecnologia. (...) Tal cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual ‘faz do operário um trabalhador estrofiado e parcial’; e da ciência ‘uma força produtiva independente do trabalho’, posta ‘a serviço do capital’”⁵⁴

Posto isso, a transição bem sucedida do capitalismo para o comunismo necessita que o proletariado domine a organização técnica da produção e o desenvolvimento técnico-científico, elimine a divisão burguesa do trabalho ou, caso contrário, haverá o reaparecimento da burguesia. A burguesia, através da divisão do trabalho assegura a propriedade da técnica, do trabalho intelectual, e impede que a classe operária e as grandes massas deles se apoderem.

⁵³ NAVES, Márcio Bilharinho. *Marx: ciência e revolução*. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora Unicamp, 2003.

⁵⁴ GORZ, André(org). *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 9

Segundo Marco Macciò,

“isso se realiza limitando o número de escolas técnicas e de universidades, mas sobretudo reduzindo o trabalho operário a um mero trabalho material de execução, impedindo a colaboração entre trabalho manual e intelectual, recusando aos operários a possibilidade de aproveitarem a experiência prática adquirida na produção para, assim, apoderarem-se da técnica e da ciência, garantindo a plena expansão das forças produtivas.”⁵⁵

Mesmo quando a burguesia não mais detém a propriedade privada dos meios de produção, ela ainda consegue manter seus privilégios através da divisão do trabalho e do domínio da técnica, e foi contra essa “resistência” da burguesia que a Revolução Cultural procurou agir, e as mudanças realizadas na educação buscaram eliminar o domínio exclusivo da técnica pelos burgueses, assim como eliminar a divisão capitalista do trabalho, já que somente quando a técnica estiver nas mãos dos operários se alcançará a igualdade, e a produção estará a serviço das massas. Já é possível identificar que não basta apenas a transferência jurídica da propriedade para o Estado no período de transição socialista, mas o que é necessário é o surgimento de novas relações de produção.

No interior do aparelho escolar, a divisão capitalista do trabalho aparece sob a forma de duas redes de escolarização, uma destinada a formar os trabalhadores manuais e outra os trabalhadores intelectuais, ambas determinadas

⁵⁵ MACCIÒ, Marco. “Partidos, técnicos e classe operária na revolução cultural chinesa” in BETTELHEIM, Charles; MACCIÒ, Marco. *China e U.R.S.S.: dois “modelos” de industrialização*. Porto: Portucalense, 1971, p. 33.

pela existência de classes antagônicas, que se materializam na divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. A escola capitalista prepara uns para serem explorados e outros para serem exploradores, de acordo com a origem social, e por isso “a escola passa a ser definida como um instrumento de luta encarregado de assegurar, a qualquer preço, a dominação da ideologia burguesa contra um adversário real: o proletariado”⁵⁶.

A revolução cultural buscou enfatizar a importância da ideologia na reprodução das relações sociais de produção, e por esse motivo ela impôs a necessidade de uma revolução *pela e na* ideologia, o que implicava a transformação radical do antigo aparelho escolar, com o objetivo de difundir a ideologia proletária e eliminar os vestígios de ideais burgueses.

As mudanças operadas no interior das escolas, como: a luta contra a divisão entre trabalho manual e intelectual; a ligação entre as unidades de ensino e as unidades de produção; a existência de unidades de produção onde os alunos pudessem trabalhar; a ligação constante entre pesquisa e produção; a formação de técnicos nos quadros da produção; a escolha dos melhores trabalhadores para irem à universidade e depois retornarem à produção; assim como o incentivo ao estudo político e ideológico foram as mudanças encontradas para que se eliminasse a supremacia da burguesia, já que o aparelho escolar buscava uma educação igual para todos, em que a noção de superioridade do trabalho intelectual fosse eliminada através da valorização do trabalho manual.

⁵⁶ CUNHA, Luiz Antônio. *Uma leitura da Teoria da Escola Capitalista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980, p. 15.

Luiz Antônio Cunha (1980), retomando alguns princípios de Baudelot e Establet, apresenta os princípios fundamentais da educação socialista:

“união do trabalho produtivo ao ensino, desde cedo; união do trabalho manual e do trabalho intelectual; aquisição, pelos trabalhadores, de uma formação científica elevada que lhes permita compreender o processo de produção como um todo; formação teórica que dê aos trabalhadores os meios de pensar com a própria cabeça sua condição e de explicar a sociedade; abertura da escola às contradições que operam na sociedade como um todo, em particular as contradições políticas; exercício de controle dos trabalhadores sobre os conteúdos e os métodos de ensino. Em resumo, colocar a ideologia proletária em posição de comando”⁵⁷

Esse resumo dos pontos principais apresentados nos mostra que a revolução operada no ensino chinês, a partir da reabertura das escolas em 1967, alcançou, em grande medida, esses princípios, e essas mudanças operadas nas escolas foram acompanhadas por algumas mudanças no interior das fábricas, que também tiveram que se adaptar à nova forma de ensino e de condução da sociedade.

Como analisa Bettelheim,

“as antigas formas de divisão do trabalho estão longe de ter sido inteiramente extintas. Ainda restam tarefas individualmente mais interessantes que outras, mas elas se inserem mais e mais num trabalho

⁵⁷ *Op cit*, p. 48

coletivo no seio do qual cada um desempenha um papel considerado útil, e sobre o qual se exerce uma ação. (...) O processo de revolucionarização do processo de trabalho é forçosamente demorado, mas foi parcialmente iniciado, levando-se em conta o fato de que não é o desenvolvimento das forças produtivas no abstrato que produz tal ou qual tipo de divisão de trabalho, mas que a forma do processo de trabalho é um produto da luta de classes passada ou presente, porquanto ela transforma as relações de produção”⁵⁸.

Como vimos, a tentativa de se superar a divisão burguesa do trabalho, que era reproduzida pela escola, esteve presente desde os primeiros anos de escolarização (pré-escola), fazendo com que desde cedo as crianças reconhecessem a importância e o valor do trabalho manual, que na sociedade capitalista é visto como um trabalho de menor importância realizado pelos menos favorecidos economicamente. A experiência chinesa nos mostra que superar essa divisão do trabalho não é tarefa fácil, pois ela se interioriza nos indivíduos de tal forma que, para modificar a situação, é preciso um longo processo, que valorize todos os tipos de trabalho.

A combinação ensino e trabalho produtivo adquiriu na revolução cultural uma importância ainda maior, permitindo o início da superação das hierarquias existentes no interior das fábricas (e também das escolas), já que todos realizavam o trabalho produtivo, colaborando com a produção de acordo com suas

⁵⁸ BETTELHEIM, Charles. *Revolução Cultural e Organização Industrial na China*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 105

capacidades. Outra mudança sentida foi a diminuição do abismo entre as gerações, pois crianças, jovens e adultos conviviam mais intensamente, estudavam as mesmas disciplinas (desde técnicas até estudos políticos), compartilhavam as mesmas experiências, possibilitando uma maior igualdade entre todos os indivíduos, que também se manifestava na igualdade entre homens e mulheres.

A participação de todos no trabalho produtivo assegurava o contato com as massas, e eliminava a noção de supremacia que os dirigentes podiam ter por estarem distantes dos trabalhos manuais realizados pelas massas. Pretendia-se com essas mudanças: evitar o aburguesamento daqueles que não realizavam tarefas manuais, e por isso tendiam a se afastar das massas; manter os dirigentes em estreito contato com os dirigidos; criar na população o respeito por todos os tipos de trabalho, evitando a atração por posições dirigentes, que assumiam caráter cômodo e pouco revolucionárias.

O trabalho manual passou a ser visto como prática de humildade, escola de unidade nacional e também como método de reeducação (mas não como forma de punição a algum erro cometido). O trabalho acadêmico deveria ser acompanhado pela participação no trabalho produtivo, com atividades manuais, que algumas vezes eram vistas como meio para prevenir o aburguesamento.

Essa nova mentalidade com relação ao trabalho manual e intelectual possibilitou que os jovens desejassem ingressar nas fábricas, comunas e exércitos, não desejando mais apenas a alta qualificação acadêmica desvincilhada de qualquer atividade produtiva. Além disso, o trabalho no campo também assumiu

grande importância, e com isso grande número de pessoas se deslocou para os campos, possibilitando um avanço técnico e obtendo melhor produtividade.

Obviamente, como já dito, essas mudanças também ocasionaram modificações no interior das fábricas, que na tentativa de promover o fim da divisão burguesa do trabalho passaram a se organizar de uma nova maneira.

“Se a transição para o comunismo deve acontecer; se aí deve haver apropriação *coletiva* (e não estatal), *pelos produtores*, dos meios de produção e vitória da colaboração voluntária sobre a divisão hierárquica das tarefas, então é preciso que os produtores diretos apropriem-se e subvertam as técnicas, a organização do trabalho, o modo de usar as máquinas, a disposição dos locais de trabalho, a relação com o saber e as instituições (Escola) que o transmitem...”⁵⁹

Se já nos foi possível identificar um dos itens que Gorz enumera como essencial para a transição ao comunismo, ou seja, vimos a mudança na relação com o saber e das instituições que o transmitem, resta assinalar, brevemente, o que a revolução cultural alcançou em termos de mudança nas técnicas, organização do trabalho, modo de usar as máquinas e disposição dos locais de trabalho. Pois, como nos mostra Coriat, “Se a revolução no sistema de formação não se acompanha por uma revolução nas relações de produção e na divisão do

⁵⁹ GORZ, André(org). *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p . 13.

trabalho no interior das fábricas, não há dúvida de que todos os esforços serão em vão”⁶⁰.

Desde a proclamação da República Popular da China se incentivou a formação de técnicos com consciência proletária, porém ainda se encontrava em atividade um grande número de técnicos com origem burguesa, que utilizavam suas posições de superioridade em relação aos outros trabalhadores para obter vantagens e prestígios, o que impedia a real apropriação pelos trabalhadores de todas as esferas envolvidas na produção.

Todavia, é importante frisar que não bastava modificar a origem social dos técnicos, pois isso não garantiria a continuação da revolução e nem a real apropriação da técnica pelo proletariado, visto que é preciso modificar a divisão do trabalho, as tarefas de direção e execução, o sistema de funções, senão corria-se o risco de emergir uma nova burguesia – a revolução cultural lutou exatamente contra o surgimento de uma nova burguesia, que se formou a partir dos altos quadros do partido e dos dirigentes de grandes empresas.

“[é preciso] impedir que os técnicos, todos de origem operária, se transformem numa camada privilegiada, é preciso que não se diferenciem dos outros trabalhadores a não ser pelo posto que ocupam ao lado dos seus camaradas operários. Devem, portanto, ser trabalhadores como os

⁶⁰ CORIAT, Benjamin. “Usines et universités d’usines dans la Chine d’après la révolution culturelle”. In: *Les Temps Modernes*. Fevereiro, 1976, p. 1332.

outros no plano do salário e no do trabalho manual, que devem continuar a fazer”⁶¹.

Coriat acrescenta que é essencial distinguir entre *separação* trabalho intelectual e manual e *oposição* trabalho de gerência e de execução, que materializa no sistema de relações de produção as condições sociais que permeiam a reprodução. Portanto, não basta superar a divisão do trabalho, é preciso também a revolução das relações sociais, como maneira de acabar com a oposição entre direção e execução, uma das etapas necessárias para a supressão de todas as diferenças no interior da fábrica.

“A divisão entre o trabalho manual e o intelectual no interior do processo de trabalho reproduz as condições de expropriação da ‘potência mental’ do operário, retira dele a possibilidade de exercer algum controle sobre os meios de trabalho, que, assim, passam a dominá-lo, transformando o trabalhador em simples dispêndio de energia laborativa.

A divisão entre as tarefas de execução e as tarefas de direção reproduz a perda da capacidade do trabalhador em pôr em funcionamento o processo de trabalho e em dispor do produto de seu trabalho. Aos agentes do capital fica reservada a direção do processo de produção, ao passo que os operários devem se limitar a executar as ordens daqueles.

Portanto é justamente ao ‘atacar’ esses dois elementos fundamentais para a dominação burguesa que a classe operária pode iniciar o processo de

⁶¹ MACCIÒ, Marco. “Partidos, técnicos e classe operária na revolução cultural chinesa” in BETTELHEIM, Charles; MACCIÒ, Marco. *China e U.R.S.S.: dois “modelos” de industrialização*. Porto: Portucalense, 1971, p. 52.

constituição de novas relações de produção e forças produtivas comunistas.”⁶²

Entretanto, vale ressaltar que romper com a oposição entre dirigentes e operários, entre trabalho de direção e trabalho de execução, não significa romper com a divisão do trabalho, e por isso é preciso a superação da divisão do trabalho assim como da oposição gerência/execução, o que implica que os operários precisam deter um mínimo necessário de conhecimento para exercer a direção. Somente quando houver o processo de apropriação do conhecimento técnico pelos operários e produtores imediatos, o poder dos especialistas poderá se transformar em poder dos operários.

“(…) o processo de apropriação de conhecimento e saber técnico não pode consistir apenas na pura e simples formação de novos técnicos provenientes das camadas operárias. Esse processo depende em alguns aspectos do sistema de ensino e de formação; mas por outros aspectos – absolutamente indissociáveis – ele deve abordar também a divisão do trabalho dentro da empresa e o sistema de hierarquias e funções que se emprega”⁶³.

⁶² NAVES, Márcio Bilharinho. *Marx: ciência e revolução*. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora Unicamp, 2003, p. 89.

⁶³ CORIAT, Benjamin. “Usines et universités d’usines dans la Chine d’après la révolution culturelle”. In: *Les Temps Modernes*. Fevereiro, 1976, p. 1335

Uma das alternativas encontradas para superar essas diferenças existentes no interior das fábricas foi a constituição dos chamados grupos de tripla união, formados por operários, técnicos e quadros, que ficavam encarregados de questões técnicas:

“se ocupavam com a transformação técnica das fábricas, da renovação técnica, das inovações e das modificações na regulamentação técnica, e da luta contra os ‘regulamentos irracionais’ que existiam nesses domínios. Esses ‘regulamentos irracionais’ permitiam aos engenheiros e técnicos unicamente o privilégio de transformar as máquinas.

Graças à formação desses grupos de Tripla união, como também à educação política e ideológica e à participação de engenheiros e técnicos no trabalho manual, a separação entre os engenheiros e técnicos de um lado, e o operário de outro, tende a desaparecer assim como a dominação dos primeiros sobre os segundos. Esse movimento é reforçado pela profunda transformação do sistema de ensino”⁶⁴.

Marco Macció afirma ainda que

“[quando] se confia na consciência de classe dos trabalhadores, ou seja, no sentido das responsabilidades de quem se sente senhor da produção, poder-se-á assegurar uma produção baseada nos conhecimentos mais completos possíveis sobre a economia das matérias-primas, a manutenção

⁶⁴ BETTELHEIM, Charles. *Revolução Cultural e Organização Industrial na China*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 104

das instalações, a abolição do esbanjamento e do luxo, a preocupação pela qualidade dos produtos”⁶⁵.

É possível perceber que o acesso dos operários ao desenvolvimento da técnica, às tarefas de gestão, pode trazer diversos benefícios à fábrica, e conseqüentemente à sociedade, numa maior oferta de produtos, com menor dispêndio de matéria-prima, e mais aprimorada utilização das máquinas e instrumentos, ou seja, utilizando a vasta experiência dos operários é possível desenvolver a técnica de acordo com critérios de qualidade, economia e rapidez. Além disso, o trabalho no interior das fábricas será mais estimulante, pois dependerá da contribuição de cada indivíduo (tanto na produção quanto na gestão).

Na China, se difundiu a análise de equipamentos importados, que possibilitavam aos operários seguir a fórmula “utilização, crítica, transformação e criação”, melhorando os equipamentos, reformando os mais antigos e criando novas maneiras de se produzir, numa clara tentativa de unir o trabalho intelectual e o manual. Entretanto, diferentemente do que ocorre sob o capitalismo, o aumento do uso das máquinas e seu desenvolvimento tecnológico não deve ocasionar aumento das contradições e da exploração do trabalhador, pois no período de transição socialista é preciso eliminar o antagonismo existente entre o capital e o trabalho, não sendo mais o trabalho do operário mera mercadoria.

⁶⁵ MACCIÒ, Marco. “Partidos, técnicos e classe operária na revolução cultural chinesa” in BETTELHEIM, Charles; MACCIÒ, Marco. *China e U.R.S.S.: dois “modelos” de industrialização*. Porto: Portucalense, 1971, p. 50.

Enquanto no capitalismo a constante revolução nos instrumentos de produção assegura o domínio da classe burguesa sobre a técnica e os meios de produção, no socialismo a mudança nesses instrumentos deve possibilitar a apropriação dos trabalhadores de seus meios de produção e do conhecimento técnico necessário. Outra diferença fundamental reside no fato de, no capitalismo, essas mudanças implicarem na desqualificação progressiva do trabalho da grande massa de trabalhadores, mas também numa extrema qualificação de poucos trabalhadores, já que na indústria capitalista o trabalho é simplificado, sendo apenas um mero complemento da máquina, que assume a posição central na produção.

O modo de produção capitalista, ao aprofundar a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, transforma a ciência em uma força produtiva independente do trabalho, desenvolvendo-a ao serviço do capital e do aumento da mais-valia, e por isso, ao invés de beneficiar a coletividade, aumenta a exploração e a opressão do povo. Decorrente disso é essencial na transição socialista o movimento das massas pela inovação técnica, na tentativa de possibilitar a existência de novas forças produtivas não mais capitalistas, mas essa nova força produtiva não pode se desenvolver sem a existência de novas relações de produção.

Com essas mudanças apresentadas, nos foi possível compreender os outros itens que Gorz enumerou como essenciais para a transição ao comunismo, e cabe, agora, uma reflexão sobre o *fracasso* dessas mudanças e dos ideais proletários.

A necessidade de revolucionarização das relações de produção

Todas essas mudanças apresentadas, sejam elas no ensino ou no interior das fábricas, ocorreram a partir de 1966, até 1976. Como mostramos anteriormente, o ano de 1969 é considerado por muitos o ano em que a revolução cultural se encerrou, tendo o IX Congresso do Partido Comunista Chinês como o marco final desse movimento, já que houve a expulsão de Liu Shaoqi do Partido, e se fez um balanço das experiências da revolução cultural e da luta entre as frações do Partido. Houve também mudanças no Estatuto do Partido e a eleição de um novo Comitê Central.

Além disso, é possível identificar esse ano como o final da revolução cultural, pois houve uma limitação nos movimentos das massas, com transferência de poder para os Comitês Revolucionários, além da volta dos quadros que haviam sido afastados no início do movimento.

Entretanto, não se pode negar que nos anos subseqüentes a 1969 continuaram a ocorrer mudanças na sociedade, nas fábricas, no ensino, e essas mudanças só se encerram no ano de 1976, e por isso essa é uma segunda data aceita como o final da revolução cultural.

Em 9 de setembro de 1976 Mao Zedong morreu, e apesar de os outros membros do partido convencerem as massas de que não haveria mudanças substanciais na condução política do país, poucos dias depois Hua Kuofeng operou um golpe de Estado, prendendo o núcleo maoísta, chamado bando dos quatro, e realizando uma brutal repressão contra os seguidores da linha revolucionária, que haviam realizado a revolução cultural. Deng Xiaoping, que

havia sido afastado por Mao no início do movimento por ser considerado revisionista e defensor da linha conservadora, foi restituído e voltou ao alto posto no interior do Partido.

O golpe de estado de Hua permitiu a consolidação de uma nova burguesia de Estado, rompendo bruscamente com os avanços alcançados durante a revolução cultural que buscaram limitar ao máximo o privilégio dos altos quadros do partido. Os comitês revolucionários criados nos anos anteriores foram suprimidos, houve o retorno da disciplina imposta do alto pela direção das empresas e pelos engenheiros e técnicos, além da centralização das decisões, assim como os extintos exames de seleção praticados nas escolas voltaram a ser de suma importância. As escolas de ensino especializado novamente privilegiam os alunos mais brilhantes, a separação cidade *versus* campo se intensifica, na mais clara contra-ofensiva da linha burguesa, que destruiu as novas relações surgidas no decorrer da revolução cultural.

O desfecho que a revolução cultural tem, com a ascensão de Hua Kuofeng e Deng Xiaopeng, permite compreender o movimento ocorrido como uma luta entre a linha revolucionária e a linha conservadora, existentes no interior do Partido, mas também no interior das massas. Isso nos permite refletir que:

“Se o proletariado e a burguesia continuam a existir sob a ditadura do proletariado, é porque as relações capitalistas (sobre as quais repousa a existência objetiva da burguesia e do proletariado) não desapareceram pura e simplesmente com a revolução do proletariado, nem mesmo com a predominância das formas socialistas de produção. Em consequência da

existência dessas relações capitalistas, os trabalhadores continuam a estar parcialmente separados dos meios de produção, e uma minoria tem ainda a possibilidade de determinar a utilização desses últimos. O objetivo fundamental da linha do proletariado é exatamente fazer desaparecerem as relações capitalistas e, com elas, as classes nas quais essas relações se fundamentam. Este objetivo só pode ser alcançado pela transformação revolucionária do conjunto de relações sociais: relações de produção e relações políticas e ideológicas”⁶⁶.

Como explica Bettelheim, se foi possível o sucesso da linha conservadora em 1976, é porque as relações capitalistas não foram extintas mesmo com os esforços empreendidos durante a revolução cultural. Isso significa que não se eliminaram as relações de produção capitalistas, que perpetuam a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, e a oposição entre tarefas de execução e tarefas de direção, além de impedirem a real apropriação dos operários dos meios de produção. Se as relações de produção continuaram capitalistas, as forças produtivas também (já que são interligadas), e isso ocasionou a continuação da expropriação objetiva e subjetiva do operário pelo capital – e essa situação só pode ser revertida com a luta por parte dos trabalhadores, que devem buscar meios para efetivar seu controle sobre o processo de produção.

Apesar da tomada do poder pelo Partido Comunista Chinês em 1949, isso apenas ocasionou a estatização dos meios de produção, e a possibilidade de os

⁶⁶ BETTELHEIM, Charles; CHARRIÈRE, Jacques; MARCHISIO, Hélène. *A Construção do socialismo na China*. Porto: Portucalense, 1971, p. 139

trabalhadores exercerem algum controle sobre o processo de produção, não modificando, entretanto, a organização capitalista do processo de trabalho, nem superando as bases de reprodução do capitalismo.

“Ora, o socialismo, enquanto etapa de transição, deve implicar, então, a substituição dessa base técnica do capital, as forças produtivas do capital, por novas forças produtivas, de caráter comunista, permitindo que a classe operária possa apropriar-se das condições materiais da produção, dominar o processo de trabalho e extinguir o processo de valorização.”⁶⁷.

Para ocorrer a transformação nas relações de produção é preciso a luta de classes, porque o fim da dominação política burguesa não significa o fim da existência das relações de produção capitalistas. Só há uma efetiva superação das relações de produção capitalistas após um longo período de transição, no qual uma série de relações sociais precisa ser revolucionarizada⁶⁸.

Os dirigentes chineses, muitas vezes, compreenderam o caráter das relações de produção na etapa de transição socialista, já que identificavam-nas como relações capitalistas, baseados em Marx, que afirmava que “sob todas as relações, econômicas, morais, intelectuais, a sociedade socialista traz ainda os estigmas da antiga sociedade de cujos flancos se originou”⁶⁹. Exatamente pela sobrevivência

⁶⁷ NAVES, Márcio Bilharinho. *Marx: ciência e revolução*. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora Unicamp, 2003, p.88

⁶⁸ BETTELHEIM, Charles. *Revolução Cultural e Organização Industrial na China*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

⁶⁹ Marx apud op cit, p. 123

de antigas relações de produção e de classes sociais, o processo de transformação social depende da luta de classes, que é essencial, como nos mostra Turchetto:

“Trata-se antes de afirmar que a modificação da estrutura material das forças produtivas, e a ‘reapropriação real’ dos meios de produção por parte dos produtores, a superação das características da divisão técnica do trabalho e de suas expressões em nível social na estratificação e nos ‘papéis’ típicos da sociedade burguesa, todos esses aspectos devem ser buscados como objetivos fundamentais da luta do proletariado: não podem ser confiados a processos ‘automáticos’, a influências mais ou menos ‘espontâneas’ das relações de força mutáveis, nem muito menos postergados frente ao objetivo do desenvolvimento quantitativo das forças produtivas, porque é precisamente nisso que se joga a possibilidade de se constituir uma nova forma de organização social ou – ao contrário – de se fortalecerem as formas da exploração burguesa”⁷⁰.

Tanto Turchetto quanto Bettelheim colocam a necessidade de revolucionarização das relações de produção⁷¹ para se eliminar a existência da

⁷⁰ TURCHETTO, Maria. “As características específicas da transição ao comunismo”, in NAVES, Márcio B. (org). *Análise marxista e sociedade de transição*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005, 47

⁷¹ Sobre o primado das relações de produção e o período de transição socialista ver: TURCHETTO, Maria. “As características específicas da transição ao comunismo”, in NAVES, Márcio B. (org). *Análise marxista e sociedade de transição*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

burguesia durante o período de transição socialista, permitindo a reapropriação das condições objetivas e subjetivas por parte dos trabalhadores.

Disso decorre o fato de que sem a revolucionarização das relações de produção, a mera estatização dos meios de produção não garante o fim da burguesia e nem garante a socialização desses meios de produção.

Isso significa que superar a divisão entre trabalho manual e intelectual, assim como a oposição trabalho de direção e trabalho de execução, não pode ser visto apenas como tarefa da instituição escolar, já que necessita da realização da luta de todas as massas pela mudança nas relações de produção, essencial para o desenvolvimento e consolidação do Estado socialista. Em relação ao Estado há também a necessidade de revolucioná-lo, destruindo o Estado burguês anteriormente existente, pois caso contrário, ele irá reproduzir as formas sociais da sociedade capitalista, se tornando um obstáculo para a revolucionarização das relações de produção. É preciso que as massas se apropriem das funções essenciais do Estado, fundando um governo da classe operária, afinal:

“Marx relaciona a destruição das relações de produção capitalistas com a destruição do Estado burguês, de tal sorte que, sem a criação de um Estado que já não é mais um Estado em sentido próprio, a revolucionarização das relações de produção capitalistas e a constituição de novas forças produtivas não seriam possíveis”⁷².

⁷² NAVES, Márcio Bilharinho. *Marx: ciência e revolução*. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora Unicamp, 2003, p. 94

A revolucionarização das relações de produção é então etapa fundamental da transição socialista, visto que apenas ela possibilita a destruição das relações capitalistas e o nascimento de novas relações de produção e novas forças produtivas, ambas de natureza comunista. Somente então haverá o trabalho livre, com cooperação entre os indivíduos, sem mais estarem subordinados à exploração da força de trabalho.

Retornando à experiência chinesa, podemos perceber que a revolução cultural foi uma iniciativa de Mao cujo efeito objetivo deveria ser a extinção de relações capitalistas de produção através de sua revolucionarização e transformação em relações comunistas.

O fundamental é que Mao percebeu, mesmo que difusamente, o primado das relações de produção, do mesmo modo que Marx fez em *O Capital*, ao pensar o problema da transição do feudalismo para o capitalismo. Como já dito, isso significa que não basta a estatização dos meios de produção (transferência jurídica da propriedade), mas é preciso a revolucionarização das relações de produção, delegando ao proletariado o controle efetivo do processo de produção e reprodução, eliminando a separação entre trabalhador direto e meios de produção, superando a divisão entre o trabalho manual e intelectual, e a divisão entre tarefas de direção e de execução no processo de trabalho⁷³.

A revolucionarização das relações de produção capitalistas foi apenas em parte alcançada, por uma série de motivos. Apesar de em diversas fábricas o

⁷³ LA GRASSA, Gianfranco. *Valore e formazione sociale*. Roma: Riuniti, 1975.

modo de organização do trabalho ter sido modificado, em muitas outras ele se manteve. Houve dificuldades de elaboração teórica, tanto por Mao quanto por outros dirigentes, as quais não suplantavam as necessidades de mudanças e da forma como tais poderiam ser realizadas. Derrotas políticas também estiveram presentes, como foi o caso da Comuna de Xangai, em que trabalhadores e militantes não tiveram a possibilidade de exercício real do poder por causa de um retrocesso de Mao, que temia o amplo poder por parte das massas e o possível enfraquecimento do papel do Partido. Outros elementos, como a falta de compreensão por parte das massas da real necessidade das mudanças nas relações de produção, e a não correspondência entre a revolucionarização do poder e a revolucionarização das relações de produção, também foram responsáveis pelo impedimento do avanço das conquistas proletárias⁷⁴.

De qualquer forma, apesar do retrocesso que a experiência de transição socialista enfrenta a partir de 1976, as contribuições teóricas de Mao e também a experiência prática, que mostrou a dificuldade de se modificar uma sociedade, são importantes contribuições para todos que se interessam em refletir sobre a etapa de transição socialista, a partir de várias perspectivas: educação, política, cultura, economia, etc.

⁷⁴ NAVES, Márcio B. *Mao: O processo da revolução*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2005.

CONCLUSÃO

As transformações operadas na China após 1966, e especificamente a partir da revolução no ensino, nos mostram que o aparelho escolar é uma forma social herdada do capitalismo e que não basta apenas a apropriação dele pela classe proletária, é preciso uma brutal mudança em seu funcionamento e em seus objetivos, métodos e conteúdos.

A mudança no ensino analisada nesse trabalho buscou eliminar a formação de meros especialistas, sem consciência proletária, distantes do trabalho produtivo, ou seja, as mudanças não foram apenas de caráter pedagógico, mas sim de caráter político, por isso o incentivo à participação ativa das massas na condução das escolas, na elaboração dos programas, métodos, conteúdos, como meio de se possibilitar a educação política e a reeducação ideológica.

A escola chinesa buscou realizar três rupturas fundamentais: ruptura com as antigas relações sociais, implicando em ruptura com a divisão capitalista do trabalho; ruptura com a divisão burguesa do saber; e ruptura com a antiga subjetividade, através da formação do sujeito revolucionário. Buscou a formação de indivíduos aptos para o trabalho intelectual assim como para o trabalho manual, a partir da idéia de escola não mais separada da vida social e produtiva que a cerca.

Essas mudanças no aparelho escolar foram vistas como essenciais para o sucesso do período de transição socialista, pois como já dito, a estatização dos meios de produção não é suficiente para se consolidar o socialismo, nem a transformação das relações sociais de produção decorre mecanicamente da

transferência jurídica dos meios de produção, não podendo reduzir as relações sociais de produção apenas a relações de propriedade (privada ou coletiva). Por esse motivo se buscou oferecer às massas meios para deter o poder, através da gestão coletiva das comunas populares, dos comitês revolucionários, das diversas escolas, como forma de se iniciar o processo de revolucionarização das relações de produção – processo visto como objetivo principal da revolução cultural -, e apropriação coletiva dos meios de produção.

Da mesma forma, a tentativa de superação da divisão capitalista do trabalho iniciada no interior das escolas, também tinha como objetivo ser o passo inicial para essa revolucionarização, que no momento de transição socialista é fundamental, já que existindo relações mercantis e capitalistas, essas precisam ser eliminadas para que possa se desenvolver relações sociais de produção e forças produtivas comunistas, única forma de garantir a apropriação dos meios de produção pelas massas, domínio do processo de trabalho e fim do processo de valorização.

Dessa forma, as mudanças operadas na chamada revolução educacional faziam parte de um conjunto de mudanças a serem feitas nas diversas esferas da sociedade, buscando corrigir os desvios da revolução chinesa, como o excesso de burocratismo, a constituição de uma nova burguesia de estado, a perpetuação da divisão capitalista do trabalho, a proliferação de ideais burgueses, e outros, que colocavam em risco o sucesso da etapa de transição socialista.

Apesar dos esforços realizados, não houve uma mudança profunda na sociedade⁷⁵, e foi possível o fortalecimento da linha conservadora, que em 1976 volta ao poder, rompendo com os avanços obtidos na Revolução Cultural.

A partir de 1976, os principais dirigentes glorificavam apenas os dezessete primeiros anos da República Popular, eliminando o período da Revolução Cultural, assim como os avanços teóricos, político e organizacional alcançados nesse momento. Da mesma forma, a linha conservadora ignorou a existência da luta de classes no seio do partido e do Estado, desprezando as contribuições de Mao Zedong. Outra mudança realizada a partir de 1976 foi o apoio ao desenvolvimento das forças produtivas, buscando apenas a rentabilidade econômica, e o apoio incondicional aos técnicos e quadros do partido que voltaram a gozar de inúmeros privilégios, enquanto os elementos revolucionários sofreram grande repressão, numa clara defesa de um sistema baseado na exploração e opressão das massas, em benefício da nova burguesia.

⁷⁵ Para análise detalhada dos limites da revolução cultural ver: NAVES, Márcio B. *Mao: o processo da revolução*. São Paulo: Editora brasiliense, 2005.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Sobre a Reprodução*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- AUDREY, Francis. *China, 25 anos, 25 séculos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BELKHIR, Jean. *L'intellectuel: l'intelligentsia et les manuels*. Paris: Éditions Anthropos, 1983.
- BETTELHEIM, Charles. *Revolução Cultural e Organização Industrial na China*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- BETTELHEIM, Charles; CHARRIÈRE, Jacques; MARCHISIO, Hélène. *A Construção do socialismo na China*. Porto: Portucalense, 1971.
- BETTELHEIM, Charles. *A China depois de Mao*. Lisboa : Ed 70, 1981.
- BROYELLE, Claudie. *A metade do céu*. Disponível em: <http://www.cebraspo.com.br/mdoceu/mdceu.htm>
- CARVALHO, Olgamir Francisco de. *A Escola como Mercado de trabalho: os bastidores da divisão do trabalho no âmbito escolar*. São Paulo: Iglu editores, 1989.
- CH'EN, Jerome. *Mao Papers: Anthology and Bibliography*. London: Oxford University Press, 1970.
- CHEN, Theodore Hsi-en. *Chinese education since 1949: academic and revolutionary models*. Nova Iorque: Pergamon press, 1981.
- CHEN, Theodore Hsi-en. *The Maoist Educational Revolution*. Nova Iorque: Preaeger publishers, 1974.
- CHU, Don-Chean. *Chairman Mao: Education of the Proletariat*. New York: Philosophical Library, 1980.
- CORIAT, Benjamin. "Usines et universités d'usines dans la Chine d'après la révolution culturelle". In: *Les Temps Modernes*. Fevereiro, 1976.
- CORIAT, Benjamin. *Ciencia, Técnica y Capital*. Madri: H. Blume, 1976a.
- CORRIGAN, Philip (org). *For Mao*. London: Macmillan Press, 1979.
- CUNHA, Luiz Antônio. *Uma leitura da Teoria da Escola Capitalista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- DAUBIER, Jean. *Historia de La Revolución Cultural Proletaria en China*. México D.F.: Siglo XXI Editores, 1972.

ESCOUBAS, E. "L'école chinoise et la transformation des rapports sociaux". In: *Tel Quel*. n. 61, 1975.

FABRÈGUES, Bernard. "Organisation capitaliste et organization socialiste du travail" (parte I, II e III). In: *Communisme*, n. 16-17, 18 e 19, 1975.

FRASER, Stewart (org). *Education and Communism in China : An Anthology of Commentary and Documents*. Londres: Pall Mall Press, 1971.

GOLFIN, Jean. *La pensée de Mao-Tsé-toung*. Toulouse: Edouard Privat editeur, 1971.

GORZ, André(org). *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HAWKINS, John. *Mao Tse-Tung and Education*. Hamden: The Shoe String Press, 1974.

HINTON, W. "Hundred day war: the cultural revolution at Tsinghua University". In: *Monthly Review*. Vol. 24, n. 3. julho – agosto de 1972.

KWONG, Julia. *Cultural Revolution in China's School*. Stanford : Hoover Press publication, 1988.

KUENZER, Acácia. *Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez editora, 2002.

LA GRASSA, Gianfranco. *Valore e formazione sociale*. Roma: Riuniti, 1975.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs.). *Marxismo e Educação: debates contemporâneos*. Campinas: Editora Autores Associados, 2005.

MACCIÒ, Marco. "Partidos, técnicos e classe operária na revolução cultural chinesa" in BETTELHEIM, Charles; MACCIÒ, Marco. *China e U.R.S.S.: dois "modelos" de industrialização*. Porto: Portucalense, 1971.

MAIGNIEN, Yannick. *La division del trabajo manual e intelectual: y su supresion en el paso al comunismo en Marx y sus sucessores*. Barcelona: Anagrama, 1977.

MANACORDA, Mario A. *Marx e a Pedagogia Moderna*. São Paulo: Cortez, 1996.

MAO Tsé-Tung et al. *Quem tem medo da China?* . Lisboa: Dom Quixote, 1971.

MAO Tsé-Tung. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-ômega, 1984.

MARMOR, François. *El maoísmo: filosofía y política*. Barcelona: oikos-tau ediciones, 1979.

MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. Trad. Alberto Saraiva. Porto: Portucalense, 1971.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Crítica da educação e do ensino*. Org. Roger Danville. Lisboa: Moraes Editora, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MARX, Karl. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1973.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MONTEIRO, Maria de Fátima. *China – Revolução no ensino*. Lisboa, Ciência Moderna, 1973.

NAVES, Márcio Bilharinho. *Marx: ciência e revolução*. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora Unicamp, 2003.

NAVES, Márcio B. *Mao: O processo da revolução*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2005.

NEE, Victor ; LAYMAN, Don. “Révolution culturelle à Université de Pékin”. In: *Les Temps Modernes*. Agosto – setembro, 1970.

NOGUEIRA, Maria Alice. *Educação, saber, produção em Marx e Engels*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.

ORTIZ, Javier. “Sobre la lucha de líneas en la República Popular China”. In: *El Carabo*, n. 15, 1980.

PEYRAUBE, A. “La révolution de l'enseignement en Chine”. In: *Tel Quel*. n. 66, 1976.

PISCHEL, Enrica Collotti et al. *La Revolución Cultural China*. Buenos Aires : Siglo XXI Argentina Editores, 1973.

PISCHEL, Enrica Collotti. *História da Revolução Chinesa*. vol. 1,2 e 3. Sintra:Publicações Europa-América, 1976.

POMAR, Wladimir. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

POULAIN, Edouard. *Le mode d'industrialisation socialiste en Chine*. Paris: François Maspero, 1976.

PRICE, R. F. *Education in Communist China*. Londres: Routledge and Regan Paul, 1975.

RÍO, Eugenio. *La teoría de la transición al comunismo em Maotsetung (1949 – 1969)*. Madri: Editorial Revolucion, 1981.

RÍOS, Carlos Castillo. *La Educación en China*. Buenos Aires: Búsqueda, 1973.

ROSSANDA, R. “Le marxisme de Mao”. In: *Les Temps Modernes*. Dezembro – janeiro. 1970 – 71.

SARUP, Madan. *Marxismo e Educação*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1980.

SCHRAM, Stuart (ed.) *Mao's road to power: revolutionary writings 1912-1949*. New York: East Gate Book, 1992, vol. 1.

SENENT-JOSA, Joan. *Ensenanza y Revolución en China*. Barcelona : ed. Anagrama, 1977.

SPENCE, Jonathan D. *Em Busca da China Moderna: quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SNYDERS, George. *Escola, classe e luta de classes*. Lisboa : Moraes editores, s/d.

TENG, Chen. *Historical materialism and China's Great Cultural Revolution*. New York : Vantage Press, 2003.

TISSIER, Patrick. *La Chine: transformations rurales et développement socialiste*. Paris: François Maspero, 1976.

TISSIER, Patrick. *L'éducation en Chine Populaire*. Paris : François Maspero, 1978.

TURCHETTO, Maria. “As características específicas da transição ao comunismo”, in NAVES, Márcio B. (org). *Análise marxista e sociedade de transição*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ciência e Revolução: o marxismo de Althusser*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980

VIÉNE, René. *Révolution culturelle dans la Chine populaire*. Paris: Union générale d'éditions, 1974.

VILTARD, Yves. *O sistema político chinês no Movimento de Educação Socialista*. Braga: Moraes editores, 1976.

UNGER, Jonathan. *Education under Mao*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1982.